

▶ Relatório e Contas 2016



<http://www.cofre.org>

ÍNDICE

RELATÓRIO	3
I – APRESENTAÇÃO DO COFRE	3
1.MOVIMENTO ASSOCIATIVO	3
2.ANÁLISE DOS BENEFÍCIOS USUFRUÍDOS PELOS SÓCIOS	6
II – EVOLUÇÃO DAS ACTIVIDADES DO COFRE.....	9
1.QUOTIZAÇÃO	9
2.FINANCIAMENTOS	10
3.PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS.....	10
4.ARRENDAMENTO DE PRÉDIOS	10
III – ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	11
1.RENDIMENTOS, GASTOS E RESULTADOS DAS ACTIVIDADES	11
2.CRESCIMENTO.....	16
3.RENTABILIDADE	17
4.RESERVAS MATEMÁTICAS	17
IV. – A CONCRETIZAÇÃO DE 2016 E A PREVISÃO PARA O ANO DE 2017	18
MAPAS OBRIGATÓRIOS	20
BALANÇO	21
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA.....	22
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	23
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE 2015 E 2016	24
ANEXO.....	25
MAPAS COMPLEMENTARES.....	42
DIFERENÇA ENTRE AS VERBAS ORÇAMENTADAS E AS DESPENDIDAS NO ANO DE 2016.....	43
MAPA DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO E QUOTIZAÇÃO DE 2016	45
CASAS ADQUIRIDAS OU HIPOTECAS TRANSFERIDAS DURANTE O ANO DE 2016.....	46
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS.....	47
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	51

RELATÓRIO

Venerandos Sócios

Em cumprimento dos Estatutos do Cofre de Previdência dos Funcionários e Agentes do Estado trazemos à vossa apreciação e aprovação o Relatório e Contas do exercício relativo ao ano fiscal findo a 31 de Dezembro de 2016.

I – APRESENTAÇÃO DO COFRE

1.MOVIMENTO ASSOCIATIVO

ANÁLISE NO TRIÉNIO

Sócios		2014	2015	2016	2014/2016 %
Entradas	Admitidos	671	824	804	19,82
	Readmitidos	19	21	11	-42,11
	Total	690	845	815	18,12
Saídas	Eliminados:				
	Por incumprimento a)	212	270	115	-45,75
	A pedido do sócio b)	360	222	254	-29,44
	Total Eliminados	572	492	369	-35,49
	Falecidos	750	788	769	2,53
	Total Eliminados + Falecidos	1.322	1.280	1.138	-13,92
Existentes		49.731	49.296	48.973	-1,52

Quadro I

a) Apesar da crise a subida não foi significativa;

b) Os motivos dos pedidos de eliminação são essencialmente financeiros e pessoais.

Sócios Existentes		%
2014	49.731	-1,25
2015	49.296	-0,87
2016	48.973	-0,66

Quadro II

Como se pode verificar pelo quadro I e II, a evolução do movimento associativo no triénio em análise, caracterizou-se por um decréscimo do número total de sócios. Apesar do trabalho desenvolvido na angariação com a admissão de 2299, o seu número apesar de elevado, não colmatou o número de sócios perecidos e eliminados.

► DISTRIBUIÇÃO DOS SÓCIOS POR DISTRITOS

A distribuição geográfica dos sócios corresponde na generalidade à distribuição dos funcionários públicos pelo País, com excepção dos distritos de Lisboa e de Setúbal, os quais ultrapassam em dezasseis mil oitocentos e quarenta e nove o número de sócios dos restantes distritos.

DISTRITO	Nº Sócios
Aveiro	932
Beja	412
Braga	864
Bragança	241
Castelo Branco	571
Coimbra	1.076
Évora	799
Faro	1.103
Guarda	350
Leiria	970
Lisboa	22.984
Portalegre	1.015
Porto	3.614
Santarém	1.795
Setúbal	9.140
Vila Real	416
Viseu	733
Ilha da Madeira	273
Ilha de Porto Santo	7
Ilha de Santa Maria	64
Ilha de São Miguel	230
Ilha Terceira	155
Ilha da Graciosa	5
Ilha de São Jorge	13
Ilha do Pico	29
Ilha do Faial	54
Ilha das Flores	13
Ilha do Corvo	0
Estrangeiro	668
Incompleto	3
TOTAL	48.973

Quadro III

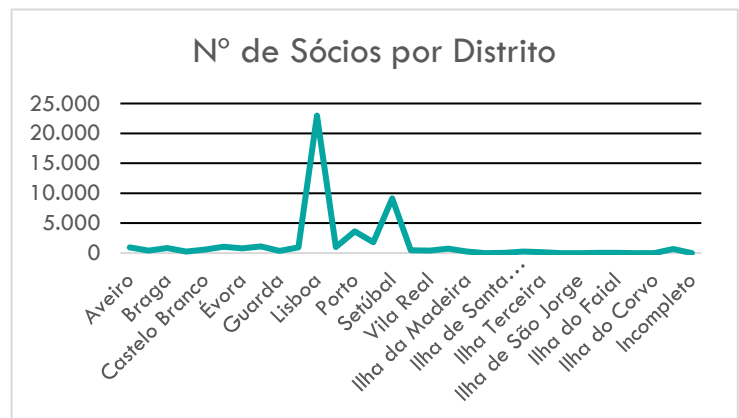


Gráfico 1

► DISTRIBUIÇÃO DOS SÓCIOS POR FAIXAS ETÁRIAS

A distribuição dos associados por faixas etárias está evidenciada no gráfico 2, e no Quadro IV:

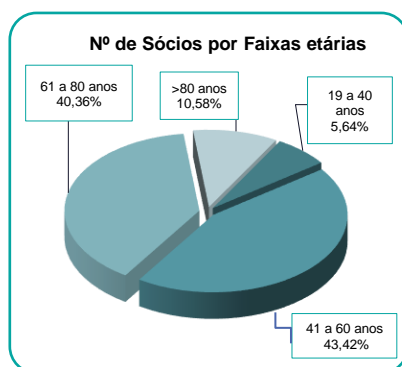


Gráfico 2

Idades	2015		2016	
	Nº Sócios	%	Nº Sócios	%
19 a 40 anos	3.279	6,65	2.761	5,64
41 a 60 anos	21.808	44,24	21.264	43,42
61 a 80 anos	19.170	38,89	19.767	40,36
> 80 anos	5.039	10,22	5.181	10,58
Total	49.296	100	48.973	100

Quadro IV

Na distribuição dos associados por faixas etárias verifica-se que a percentagem de 5,64 % dos sócios inscritos – 2.761 – corresponde às idades compreendidas entre os 19 e os 40 anos. Trata-se de um número muito baixo, digamos, perigosamente baixo susceptível, de colocar em risco a sustentabilidade do Cofre para os próximos 30 ou 40 anos se não inovarmos na forma de angariar e de criar novos mecanismos como, por exemplo, diminuir o período de carência para a captação de novos sócios principalmente naquela faixa etária criando incentivos para os seus filhos.

► COMUNICAÇÃO COM OS SÓCIOS ATRAVÉS DE SUPORTE INFORMÁTICO

Folha Informativa

A folha informativa é enviada bimensalmente aos associados que tenham fornecido um endereço eletrónico. No entanto, no ano em análise foram realizados 19 envios, com excepção do mês de Julho. A razão teve em conta a análise efectuada em 2015 no qual se verificou, que no aludido mês a caixa de envio recebeu a informação numa percentagem elevada de e-mails automáticos com a sinalização de “ausência do serviço por motivo férias”.

Sítio

O sítio do Cofre no ano de 2016, registou uma média mensal de 7.052 visitas únicas, verificando o valor mais elevado durante os meses de Abril e Maio, com uma média de 8.337.

Os acessos únicos (novas visitas) concentram-se maioritariamente em Lisboa, com 64,91 %.

Localização geográfica dos acessos

PERCENTAGEM DE ACESSOS	
Região	%
Lisboa	64,91
Setúbal	12,65
Porto	6,13
Santarém	2,34
Faro	1,86
Leiria	1,42
Évora	1,40
Braga	1,29
Portalegre	1,29
Castelo Branco	1,08
Coimbra	1,05
Aveiro	0,99
Beja	0,80
Viseu	0,69
Viana do Castelo	0,54
Guarda	0,41
Açores	0,34
Madeira	0,31
Vila Real	0,27
Bragança	0,13
Não identificado	0,10
Total	100

As visitas ao sítio da instituição feitas a partir de equipamentos móveis representam 24,65% dos acessos.

As páginas mais consultadas, excluindo as notícias da página de entrada, incidem nas Regalias, Centro de Lazer da praia do Vau, Formulários e Centro de Lazer da Quinta de Sta. Iria.

Facebook

No ano de 2016 a página de Facebook assume-se como mecanismo de divulgação das regalias do Cofre, servindo de instrumento de marketing e comercial facilitador na difusão dos programas culturais e de lazer da instituição. O ano terminou com um total de 3.570 fãs da página, significando um ganho de 1.158 pessoas em 2016.

O impacto alcançado com a utilização integrada dos três meios digitais, demonstra não só uma crescente aceitação dos sócios, pelas interações (envio de mensagens, “gostos”, “partilhas”), mas também pela conversão desta interação na aquisição de produtos e regalias Cofre, na inscrição em programas temáticos e viagens Cofre-Abreu, bem como na diminuição do tempo médio necessários para a lotação de capacidade dos programas e outras propostas.

2. ANÁLISE DOS BENEFÍCIOS USUFRUÍDOS PELOS SÓCIOS

► REEMBOLSO DE VENCIMENTOS PERDIDOS POR MOTIVO DE DOENÇA

No ano de 2016 foram processados 2.756 reembolsos. Este número correspondeu ao montante atribuído de 515.605,29 €.

Comparativamente com o ano de 2015 verificou-se um aumento de 43.673,91 € (9,25 %).

► BOLSA DE ESTUDO E SÉNIOR

No ano de 2016 foram atribuídas 5 bolsas para o ensino superior, 15 para o ensino secundário e 4 bolsas seniores (os valores mensais são de 250,00 € e 75,00 € para as bolsas do ensino superior e secundário respectivamente para um período temporal de 10 meses e entre os 100,00 €, 150,00€ e os 350,00 € para as bolsas seniores para um período temporal de 12 meses).

► FINANCIAMENTOS AOS SÓCIOS

PARA AQUISIÇÃO DE HABITAÇÃO PRÓPRIA

No exercício objecto de análise, foram efectuadas 23 escrituras para satisfação de pedidos de financiamento requeridos no total de 1.267.471,52 €.

Registo de pedidos para a aquisição/construção e transferência de hipoteca	
Ano 2013	
Inscrições	166
Canceladas	133
Realizadas	22
Saldo ano 2013	11
Ano 2014	
Inscrições	178
Canceladas	100
Realizadas	9
Saldo ano 2014	69

Ano 2015	
Inscrições	153
Canceladas	4
Realizadas	3
Saldo ano 2015	146
Ano 2016	
Inscrições	182
Canceladas	3
Realizadas	6
Saldo ano 2016	173
Saldo Final	399

Quadro VI

ABONOS REEMBOLSÁVEIS

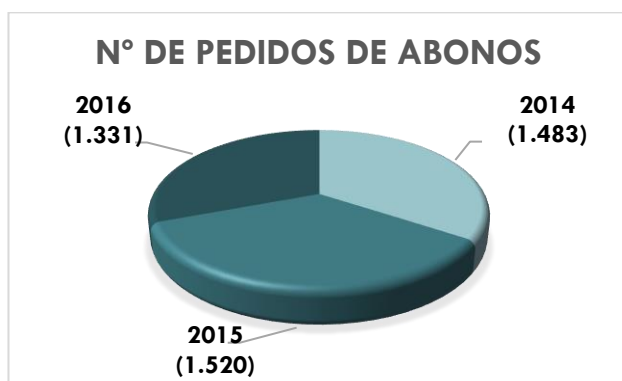


Gráfico 3

ANOS	PEDIDOS	VALOR
2014	1.483	6.670.305 €
2015	1.520	6.087.394 €
2016	1.331	5.092.043 €

Quadro VII

No financiamento em causa, atenderam-se 1.331 pedidos correspondendo a um financiamento no total de 5.092.043 €.

► SUBSÍDIOS POR MORTE

RESPONSABILIDADES ASSUMIDAS PELO COFRE

Os subsídios por morte vencidos ascenderam no final de 2015 a 124.614.600,25 €. Em 2016, o valor destas responsabilidades subiu para 125.856.711,88 €, equivalendo a um crescimento anual de 1,00%.

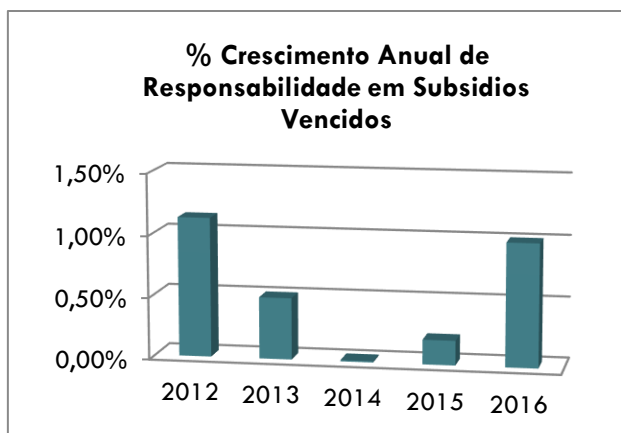


Gráfico 4

Responsabilidades em Subsídios Vencidos		
Anos	Valor	%
2012	123.727.293,87	1,13
2013	124.350.534,76	0,50
2014	124.364.730,11	0,01
2015	124.614.600,25	0,20
2016	125.856.711,88	1,00

Quadro VIII

O valor médio por sócio no final de 2015 foi de 2.527,88 €, crescendo em 2016 para 2.569,92 €, ou seja, um aumento de 1,66 %.

SUBSÍDIOS POR MORTE PROCESSADOS NO ANO

Em 2016, foram conhecidos e concluídos 769 processos de subsídio por morte, no valor total de 581.479,91 €. Relativamente a 2015 houve uma diminuição de 29.636,05 € (4,85 %).

▶ **RENDAS VITALÍCIAS**

No decurso do exercício de 2016 e em conformidade com o Art.º 25º dos Estatutos, 110 associados optaram por transformar o subsídio por morte em renda vitalícia a seu favor, mais 70 do que no ano anterior.

▶ **CENTROS DE LAZER**

A *Unidade de Turismo Rural, na Covilhã*, registou 36,60 % de ocupação em 2016, em 2015 a ocupação foi de 32,06 %, ou seja, um aumento de 4,54 %.

O *Centro de Lazer, na Praia do Vau*, registou em 2016 uma média de ocupação mensal de 52,67 %. Em 2015 aquela percentagem foi de 46,96 %, sendo o seu aumento de 5,71 %.

▶ **VIAGENS E TURISMO**

Em 2016 setenta e dois associados e setenta e sete familiares beneficiaram do protocolo existente com a Agência de Viagens Abreu.

▶ **RESIDÊNCIAS SENIORES**

A *Residência de Loures* registou uma ocupação de 77,12 % da sua capacidade de 51 utentes, ou seja, uma diminuição de 7,52 % relativamente a 2015.

A *Residência de Vila Fernando*, com capacidade para 30 utentes, registou uma ocupação de 89,44 % da capacidade instalada, ou seja, mais 0,55 % relativamente a 2015.

▶ **RESIDÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS**

A *Residência universitária de Lisboa* registou uma ocupação de 74,43 % da sua capacidade para 29 residentes, em 2015 a ocupação foi de 73,85 %, mais 0,58 % de ocupação.

A *Residência universitária do Porto*, registou uma ocupação de 83,89 % da capacidade para 15 residentes, em 2015 a ocupação foi de 87,78 %, ou seja menos 3,89 % de ocupação.

II – EVOLUÇÃO DAS ACTIVIDADES DO COFRE

De entre todas as actividades desenvolvidas destacamos as que, pelo seu peso, merecem aqui referência.

1. QUOTIZAÇÃO

Em 2016 os rendimentos provenientes das quotas registaram uma tendência de crescimento verificado nos últimos anos (quadro IX). No final do exercício os rendimentos em causa totalizaram 3.463.866,92 € (+1,53%), manteve-se igualmente a tendência de crescimento do valor médio anual/sócio, de 69,21 € para 70,73 € (+2,20 %) neste exercício.

O peso percentual desta actividade no conjunto dos rendimentos do Cofre é de 45,71 %.

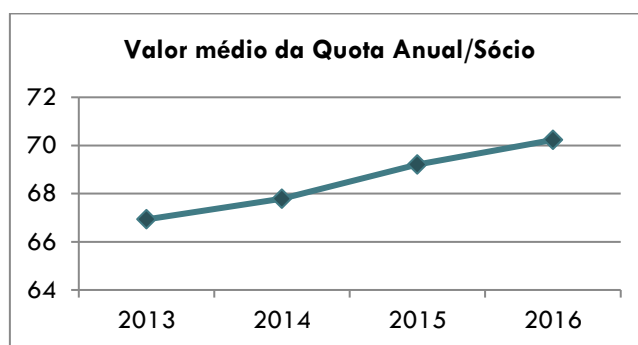


Gráfico 5

A interpretação numérica do gráfico 5 encontra-se no quadro retirado do Mapa de Movimento Associativo e Quotização no fim de cada exercício, como segue no quadro IX.

EVOLUÇÃO DA QUOTIZAÇÃO EM 1000 €							
ANOS	QUOTIZAÇÃO ANUAL NO INÍCIO DO EXERCÍCIO (1)		QUOTIZAÇÃO ANUAL NO FIM DO EXERCÍCIO			MÉDIA ANUAL QUOTIZAÇÃO/SÓCIO	
	Nº SÓC.	VALOR	Nº SÓC.	VALOR	%CRESC.	VALOR	%CRESC.
2009	53.333	3.207,88	52.944	3.221,13	1,42%	0,06084	2,17%
2010	52.944	3.273,26	52.453	3.294,64	2,28%	0,06281	3,24%
2011	52.453	3.329,04	51.975	3.347,93	1,62%	0,06441	2,55%
2012	51.975	3.368,74	51.163	3.376,47	0,85%	0,06599	2,45%
2013	51.163	3.381,26	50.363	3.370,56	-0,18%	0,06693	1,41%
2014	50.363	3.374,22	49.731	3.371,20	0,02%	0,06779	1,28%
2015	49.731	3.391,47	49.296	3.411,61	1,20%	0,06921	2,09%
2016	49.296	3.440,34	48.973	3.463,87	1,53%	0,07073	2,20%
2017	48.973	3.493,84					

(1) - Corresponde à quotização de 31 de Dezembro do exercício anterior, de acordo com a estrutura existente (Mapa de Movimento Associativo e Quotização)

Quadro IX

2.FINANCIAMENTOS

O financiamento directo à aquisição de habitação e obras de beneficiação foi de 1.267.471,52 €.

O financiamento de outras despesas através dos “subsídios reembolsáveis” revelou uma diminuição quer em número de pedidos (-189), quer no montante concedido (-995.351 €).

O rendimento global desta actividade foi no montante de 1.567.431,91 €, traduzindo um decréscimo de 0,36 % em relação ao ano de 2015.

3.PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

No ano de 2016 o rendimento resultante das Residências Seniores e Universitárias, Unidade de Turismo Rural da Covilhã e Centros de Lazer do Vau ascenderam a 1.617.288,95 €, mais 4.727,05 € relativamente a 2015 (+0,29 %). (quadro X e X (a)).

O peso percentual desta actividade no conjunto dos rendimentos do Cofre é de 21,34 %.

VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	Valor	%
Residência para Seniores - Loures	487.814,32	30,16
Residência para Seniores - Vila Fernando	303.440,59	18,76
Centro de Férias - Vau	479.465,18	29,65
Unidade de Turismo Rural - Covilhã	239.804,84	14,82
Residência Universitária - Porto	43.093,84	2,66
Residência Universitária - Lisboa	63.670,18	3,95
Total	1.617.288,95	100

Quadro X

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	2015	2016	Variação %
Residência para Seniores - Loures	540.343,26	487.814,32	-9,72
Residência para Seniores - Vila Fernando	300.706,72	303.440,59	0,91
Centro de Férias - Vau	438.002,40	479.465,18	9,47
Unidade de Turismo Rural - Covilhã	230.709,45	239.804,84	3,94
Residência Universitária - Porto	41.309,68	43.093,84	4,32
Residência Universitária - Lisboa	61.490,39	63.670,18	3,54
Total	1.612.561,90	1.617.288,95	0,29

Quadro XI (a)

4.ARRENDAMENTO DE PRÉDIOS

Em 2016, a actividade relacionada com o arrendamento de prédios subiu em relação ao ano anterior, obtivemos mais 8.435,87 €. O peso percentual desta actividade situa-se nos 4,02 % do total dos proveitos.

III – ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Neste Relatório, tal como nos anteriores, analisamos o desempenho de gestão e suas repercussões na situação económica e financeira do Cofre por comparação com valores obtidos em exercícios anteriores. Esta análise assenta em 4 pontos básicos:

- 1.RENDIMENTOS, GASTOS E RESULTADOS DAS ATIVIDADES
- 2.CRESCIMENTO
- 3.RENTABILIDADE
- 4.RESERVAS MATEMÁTICAS

Sendo a análise construída por comparação com valores de exercícios anteriores, importa sustentar a construção das peças integrantes das Demonstrações Financeiras, em consonância com os conceitos de normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL), principalmente os “Mapas” que apuram os resultados dos factos ocorridos durante o exercício económico.

1.RENDIMENTOS, GASTOS E RESULTADOS DAS ACTIVIDADES

► RENDIMENTOS E GANHOS

RENDIMENTOS POR NATUREZA / ATIVIDADES	VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	QUOTAS	RENDAS PROPRIEDADES INVESTIMENTO	JUROS*	OUTROS**	TOTAL
SEDE	34.197,53	3.463.866,92		1.738.943,14	418.602,01	5.655.609,60
RESIDÊNCIA SENIOR DE LOURES	487.814,32					487.814,32
RESIDÊNCIA SENIOR DE VILA FERNANDO	303.440,59					303.440,59
RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA PORTO	43.093,84					43.093,84
RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA LISBOA	63.670,18					63.670,18
CENTRO DE FÉRIAS (VAU)	479.465,18					479.465,18
UNID. TURISMO COVILHÃ	239.804,84					239.804,84
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO			304.707,69			304.707,69
TOTAL	1.651.486,48	3.463.866,92	304.707,69	1.738.943,14	418.602,01	7.577.606,24

*Inclui juros de financiamento e das aplicações financeiras e depósitos a prazo.

**Inclui proveitos: subsídios prescritos, correcções de exercícios anteriores e reversões de imparidades que ascendem a 305.942,47 €.

Quadro XII

RENDIMENTOS E GANHOS COMPARAÇÃO 2015 E 2016

RENDIMENTOS E GANHOS	2015	2016	Varição %
Vendas e Prestações serviços	1.635.310,38	1.651.486,48	0,99
Quotas	3.411.607,20	3.463.866,92	1,53
Rendas propriedades de investimento	296.271,82	304.707,69	2,85
Juros	1.728.499,87	1.738.943,14	0,60
Outros	231.406,57	418.602,01	80,89
TOTAL	7.303.095,84	7.577.606,24	3,76

Quadro XIII

COMPARTICIPAÇÃO DE CADA RÚBRICA PARA O RENDIMENTO GLOBAL

DESIGNAÇÃO	2015	2016
Prestação de Serviços	22,39	21,79
Quotas	46,71	45,71
Rendas de propriedades de investimento	4,06	4,02
Juros	23,67	22,95
Outros	3,17	5,53
TOTAL	100%	100%

Quadro XIV

Os valores percentuais de seguida referidos são calculados relativamente ao total de rendimentos.

✓ Os rendimentos relativos a “Vendas e Prestações de Serviços” realizadas nas Residências Seniores e Universitárias, Centros de lazer da Covilhã e Centro de Lazer do Vau e comissões auferidas ascendem a 1.651.486,48 €, correspondendo a 21,79 % do total global dos rendimentos.

✓ O valor de “Quotas” ascendeu a 3.463.866,92 €, representando 45,71 % do total global dos rendimentos.

✓ As rendas dos imóveis contribuíram com 304.707,69 €, correspondendo a 4,02 % do total global dos rendimentos. A razão do rendimento apresentar um valor pouco significativo explica-se pelo montante baixo das rendas antigas as quais, devido ao parco rendimento das pensões/aposentações dos arrendatários.

Nos rendimentos provenientes de “propriedades de investimento”, estão também incluídas as lojas do Centro Lazer do Vau.

✓ O apoio financeiro aos associados é variável em função do financiamento concedido, para aquisição de habitação própria, obras e abonos reembolsáveis. O conjunto desta actividade acrescido dos juros obtidos (depósitos a prazo) representa 22,95 % do total global dos rendimentos.

► **GASTOS**

Os gastos directamente relacionados com as actividades operacionais constam deste quadro:

GASTOS POR NATUREZA / ACTIVIDADES	CUSTOS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	FORNEC. E SERV. EXTERNOS	GASTOS C/ PESSOAL a)	GASTOS DE DEP. E AMORT. DE BENS	PROVISÕES	GASTOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	ENCARGOS C/ PROP. INVEST.	OUTROS b)	JUROS	TOTAL
SEDE		727.774,50	1.439.491,02	65.940,20	2.034.367,85	1.177.850,86		297.144,49	2.605,65	5.745.174,57
RESIDÊNCIA DE LOURES		292.486,99	578.658,72	132.862,00						1.004.007,71
RESIDÊNCIA DE VILA FERNANDO		185.910,60	293.955,69	57.374,34						537.240,63
RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA PORTO		36.282,82	18.527,01	31.296,62						86.106,45
RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA LISBOA		48.165,47	19.157,87	39.274,05						106.597,39
CENTRO DE FÉRIAS (VAU)		149.682,25	160.356,89	233.731,59						543.770,73
UNID. TURISMO COVILHÃ	37.918,25	232.686,67	220.176,05	244.324,83						735.105,80
PROPRIEDADES DE INVEST.				158.897,85			71.329,70			230.227,55
TOTAL	37.918,25	1.672.989,30	2.730.323,25	963.701,48	2.034.367,85	1.177.850,86	71.329,70	297.144,49	2.605,65	8.988.230,83

a) Nesta rúbrica estão também incluídas as contribuições para a Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social

b) Nesta rúbrica está incluída a perda do sinal do contracto de promessa de compra e venda da Estrada das Laranjeiras por rescisão de contracto no valor de 185.000,00 €.

Quadro XV

GASTOS COMPARAÇÃO 2015 E 2016

GASTOS	2015	2016	Variação %
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	21.209,04	37.918,25	78,78
Fornecimento e serviços externos	1.430.128,58	1.672.989,30	16,98
Gastos com o pessoal	2.720.954,95	2.730.323,25	0,34
Gastos de depreciação e amortização de bens	1.006.651,18	963.701,48	-4,27
Provisões a)	1.248.466,70	2.034.367,85	62,95
Gastos de previdência social	1.145.740,87	1.177.850,86	2,80
Encargos com propriedades de investimento	55.486,39	71.329,70	28,55
Juros	1.303,60	2.605,65	99,88
Outros	70.682,94	297.144,49	320,39
TOTAL	7.700.624,25	8.988.230,83	16,72

a) No Ano 2015, as Provisões incluem 202.950,00€ referente a "Provisões processos judiciais em curso".

Quadro XVI

COMPARTICIPAÇÃO DE CADA RÚBRICA NOS GASTOS GLOBAIS

DESIGNAÇÃO	2015	2016
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0,28	0,42
Fornecimento e serviços externos	18,57	18,61
Gastos com o pessoal	35,33	30,38
Gastos de depreciação e amortização de bens	13,07	10,72
Provisões	16,21	22,63
Gastos de previdência social	14,88	13,10
Encargos com propriedades de investimento	0,72	0,79
Juros	0,02	0,03
Outros gastos	0,92	3,31
TOTAL	100%	100%

Quadro XVII

Os números apresentados merecem-nos as seguintes explicações:

✓ Os “Fornecimentos e serviços externos” onde se incluem a electricidade, água, gás, conservação e reparação e outros gastos essenciais ao exercício das actividades, totalizam 1.672.989,20 € correspondendo a 18,61 % do total dos gastos.

Comparativamente com 2015 verificamos um aumento de 16,98 % devido ao acréscimo de diversas reparações e das comunicações no Centro de Lazer da Covilhã e pelo aumento do serviço de vigilância e segurança na Rua da Prata, devido ao assalto ali ocorrido.

✓ Os “Gastos com o pessoal” somam 2.730.323,25€, representando 30,38 % do total dos gastos. Esta rubrica é das mais influentes no total dos gastos e sofreu em 2015 um aumento de 0,34%, pelo aumento de vencimentos por progressão na carreira, pela alteração das posições remuneratórias referentes aos funcionários, por força do número de pontos atribuídos nas suas avaliações.

✓ As “Amortizações” correspondem às depreciações dos bens móveis e imoveis, que representam 10,72 % do total dos gastos; houve uma diminuição de 4,27 %, pela chegada ao termo do prazo de amortização de equipamento de transporte.

✓ Os “Gastos p/ benefícios de previdência social” são os gastos com subsídios por morte, reembolsos de vencimentos perdidos por doença que, entre outros, totalizam 1.177.850,86 € representando 13,10 % do total global dos gastos.

✓ As provisões são calculadas com base em estudo actuarial (1.045.516,70€ em 2015 e 2.034.367,85 € em 2016) o valor subiu 988.851,15 €, mais 94,58 %.

✓ A rubrica de outros gastos no ano de 2016 inclui a perda do sinal do contracto de promessa de compra e venda no valor de 185.000,00 € da Estrada das Laranjeiras pela rescisão do contracto.

RESULTADOS DAS ATIVIDADES

RENDIMENTOS E GASTOS POR NATUREZA / ATIVIDADES	RENDIMENTOS/ GANHOS	GASTOS	RESULTADO		Variação Valor
			2015	2016	
SEDE	5.655.609,60	5.745.174,57	840.250,09	-89.564,97	-929.815,06
RESIDÊNCIA DE LOURES	487.814,32	1.004.007,71	-524.708,16	-516.193,39	8.514,77
RESIDÊNCIA DE VILA FERNANDO	303.440,59	537.240,63	-223.202,79	-233.800,04	-10.597,25
RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA PORTO	43.093,84	86.106,45	-49.601,80	-43.012,61	6.589,19
RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA LISBOA	63.670,18	106.597,39	-47.638,84	-42.927,21	4.711,63
CENTRO DE FÉRIAS (VAU)	479.465,18	543.770,73	-49.995,21	-64.305,55	-14.310,34
UNID. TURISMO COVILHÃ	239.804,84	735.105,80	-427.627,56	-495.300,96	-67.673,40
PRÉDIOS DE RENDIMENTO	304.707,69	230.227,55	84.995,86	74.480,14	-10.515,72
TOTAL	7.577.606,24	8.988.230,83	-397.528,41	-1.410.624,59	-1.013.096,18

Quadro XVIII

O quadro acima apresentado mostra-nos os resultados das diversas actividades desenvolvidas pelo Cofre em 2016, comparadas com as do ano de 2015 e apresentando a sua variação.

Os números apresentados merecem-nos as seguintes explicações:

✓ Na Sede a variação é negativa no montante de 929.815,06 €. Esta variação é resultado do reforço da provisão calculada com base em estudo actuarial (1.045.516,70€ em 2015 e 2.034.367,85 € em 2016) o valor subiu 988.851,15 €, mais 94,58 %.

✓ A Residência de Loures apresenta uma variação positiva de 8.514,77 €. Este resultado é justificado pela descida dos fornecimentos e serviços externos pela diminuição dos gastos em conservação e reparação na Residência.

✓ A residência de Vila Fernando apresentou uma evolução negativa no valor de 10.597,25 €, este resultado é justificado pela subida dos fornecimentos e serviços externos pelo aumento dos gastos em conservação e reparação na Residência.

✓ O Centro de Lazer da Covilhã apresentou uma evolução negativa de 67.673,40 €, em virtude do aumento dos fornecimentos e serviços externos sobretudo dos gastos em conservação e reparação e na comunicação, houve um aumento de 24,93 %.

✓ O Centro Férias do Vau, apresentou uma evolução negativa em 14.310,34 € pela depreciação dos aparelhos de ar condicionado no Centro de Lazer do Vau.

✓ No que se refere aos “Prédios de Rendimentos”, registou-se uma descida de 10.515,72 € sobretudo pelo aumento dos encargos.

2.CRESCIMENTO

► RENDIMENTOS

✓ A quotização em 2016 totalizou 3.463.866,92 €, contribuindo com 45,71 % para o total dos rendimentos. Houve um acréscimo, em termos percentuais, que foi de 1,53 % relativamente a 2015.

✓ As “Prestações de serviços” em 2016 totalizaram 1.651.486,48 €, verificando-se uma variação positiva de 0,99 %, relativamente ao ano 2015, sobretudo pelo aumento da ocupação do Centro de Lazer do Vau.

✓ Os resultados das aplicações financeiras efectuadas mostram-nos um resultado negativo de 28,10 %, correspondendo esta percentagem à variação entre 26.795,68 € do ano de 2016 e 37.267,00 € do ano de 2015, a qual se deveu à diminuição das taxas de juros.

✓ Nos Apoios financeiros estão englobados os empréstimos para aquisição de habitação e para obras e ainda os abonos reembolsáveis, a sua variação foi negativa em 0,36 %, o qual corresponde à diferença entre o rendimento obtido no ano de 2015 e de 2016, no montante de 5.785,93 € negativos, tal facto deve-se à descida do número de empréstimos concedidos em abonos reembolsáveis.

✓ Nos Títulos da Dívida Pública, houve um reforço da provisão, no valor de 40.760,48 €. O Fundo de Tesouraria teve uma valorização levando à reversão da provisão existente no valor de 1.132,41 €.

► GASTOS

✓ Os “Gastos com o pessoal” aumentaram em 2016, pois em 2015 o valor foi de 2.720.954,95 € e em 2016 aumentou para 2.730.323,25 €. Esta variação deveu-se à alteração das posições remuneratórias referentes aos funcionários, por força do número de pontos atribuídos nas suas avaliações.

✓ As “Imparidades de dívidas a receber” resultaram da diminuição das dívidas consideradas de cobrança duvidosa. No ano de 2016 houve uma reversão do valor da dívida em 304.810,06 € enquanto no ano de 2015 a reversão foi de 82.469,92 €. Este ajustamento inclui as dívidas de cartão de saúde referentes à anuidade de 2015/2016, cujo valor foi de 9.388,83 €.

✓ A provisão para a responsabilidade dos “Gastos de previdência social” aumentou de 1.045.516,70 € em 2015 e em 2016 o valor aumentou 2.034.367,85 € situação que decorre do estudo actuarial efectuado.

Está representada no gráfico 6 a repartição entre gastos e proveitos dos três últimos anos, cujas razões de crescimento/abrandamento das duas componentes – gastos e proveitos – já foram anteriormente apresentados.

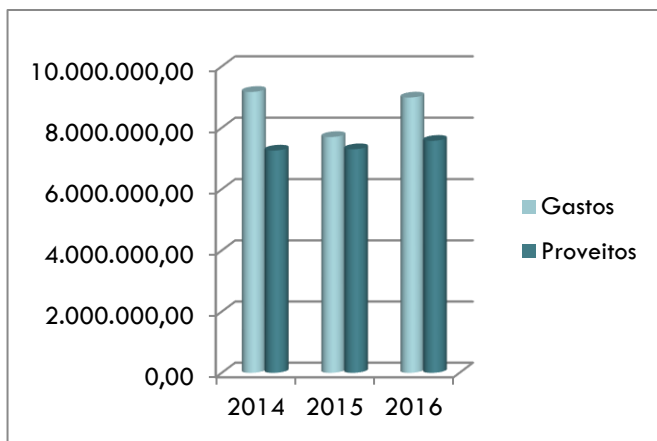


Gráfico 6

Anos	Gastos	Proveitos
2014	9.170.255,88	7.260.429,27
2015	7.700.624,25	7.303.095,84
2016	8.988.230,83	7.577.606,24

Quadro XIX

3.RENTABILIDADE

De referir que as rendibilidades são calculadas em função do valor dos investimentos envolvidos ou da média anual de capitais disponíveis.

✓ A rendibilidade bruta da quotização, em relação à média das responsabilidades em subsídios por morte inscritos, continua a situar-se em 2,78 %. Deduzindo-se os gastos de Previdência Social, aquela rendibilidade desce para 0,20 %.

✓ A remuneração bruta dos Financiamentos à habitação e outras despesas, calculadas em função da média dos capitais envolvidos, teve um resultado positivo correspondente a 5,39 %.

✓ Os Títulos de Dívida Pública geraram um rendimento anual igual ao do ano anterior, mas o seu peso no Resultado tem reduzida expressão.

4.RESERVAS MATEMÁTICAS ¹

No ano de 2016, foi reforçada a provisão existente, em 2.034.367,85 €, por aumento dos gastos de previdência social “Subsídios por morte” e “Rendas Vitalícias” para cobrir as responsabilidades em subsídios por morte e rendas vitalícias, de acordo com os valores apontados no estudo actuarial à data de 31 de Dezembro de 2016, ou seja:

Referente a subsídios por morte	14.752.748,29 €
Referente a pensões de reforma e sobrevivência	591.306,05 €

Em conclusão:

Tendo sido referidos os comportamentos e efeitos na formação dos Resultados das rubricas mais significativas, acresce dizer que o Resultado Líquido do Exercício foi de menos 1.410.624,59 €. Esta diminuição reflecte, no essencial a indemnização contratual pela rescisão do contrato de promessa para a aquisição do imóvel sito na Estrada das Laranjeiras n.º 237-239 B no valor de 185.000,00 € e o reforço das provisões específicas do sector para cobrir as responsabilidades em subsídios por morte e rendas vitalícias, que aumentaram 988.851,15 € de 2015 para 2016.

¹ As Reservas Matemáticas são para garantir o pagamento de subsídios por morte e rendas vitalícias.

IV. – A CONCRETIZAÇÃO DE 2016 E A PREVISÃO PARA O ANO DE 2017

Neste exercício de 2016, as dificuldades, apesar de um pouco minoradas, continuaram para todos nós, todavia, podemos ver, através dos nossos indicadores, algum crescimento do Cofre, nos seus activos, na responsabilidade, trabalho e nos serviços prestados e até no resultado do exercício. Na verdade, e como podem constatar, este ano o resultado líquido é igualmente negativo apesar da racionalização dos custos e do pagamento das horas extraordinárias excepto as indispensáveis, como foi o caso das Residências Seniores.

Aquele resultado, merecendo da parte do Conselho preocupação e uma atenção especial, tem naturalmente uma explicação. Os gastos que contribuíram para este resultado têm sobretudo a ver, com as seguintes realidades, o pessoal, os benefícios de previdência social, o sinal de 185.000,00€ e os valores resultantes da aplicação da percentagem do estudo actuarial.

Num ano nada fácil nos quadros económicos, financeiros e políticos que têm assolado o Cofre, não só pelo contágio com o que se passa no País, mas igualmente pela chamada “oposição”, que assiduamente nos cria obstáculos na gestão nas mais variadas formas sejam elas jurídicas ou outras, felizmente, apesar do tempo que nos toma, em todas onde a isenção subsiste temos tido a verdade pelo nosso lado e o apoio da grande massa Associativa têm contribuído para nos dar uma força ainda maior para continuar a fazer o nosso trabalho com afinco em prol da nossa comunidade.

Como dissemos, as dificuldades são sentidas por todos nós nomeadamente nos inúmeros pedidos de ajuda em todas as áreas, com excepção nos nossos Centros de Lazer, onde não se verificou o afastamento previsível, mas sim o aumento das visitas por parte dos nossos associados dos aludidos centros de lazer em parte devido à maior disponibilidade financeira dos Associados e a uma oferta mais atractiva, cómoda e barata:

Vamo-nos repetir, mas importa igualmente lembrar o trabalho desenvolvido em geral e para a nossa comunidade em particular pelos trabalhadores que lhe estão adstritos, às campanhas efectuadas, à restauração e a uma série de actividades oferecidas.

O apoio financeiro nomeadamente nos reembolsos do vencimento perdido por doença, como podem verificar o montante na respectiva tabela, o apoio social e a solidariedade do Cofre foram uma realidade como muitos puderam constatar.

Dinamizámos e divulgamos mais os nossos benefícios, a comunicação é essencial, para o conhecimento das nossas ofertas quer através da nossa revista, quer das novas formas de comunicar: sítio, net e no Facebook.

Com a regularização da área agrícola em 2015 junto do Ministério da Agricultura e do gasóleo verde nos trabalhos agrícolas, o qual é mais um benefício económico para o Cofre, partimos agora para a criação de uma marca dos nossos produtos, como por exemplo o vinho e outros.

Para o ano de 2017, como escrevemos no plano de actividades e na previsão, apesar das dificuldades, a nossa perspectiva, se o déficit se mantiver ao nível dos 2.1, naturalmente que a actividade financeira vai melhorar, os juros vão baixar e o dinheiro fica mais barato o consumo tenderá a subir entre os nossos Associados, é o chamado efeito contágio.

Até ao momento, naquilo que são as perspectivas para o primeiro trimestre, nos Centros de Lazer Vau e Quinta são boas.

O nosso pensamento conjunto, em manter a positividade, é fundamental, enquanto elemento essencial para o combate à negatividade.

As dificuldades serão sempre um desafio para continuar a melhorar a nossa prestação de serviços em todas as áreas de actuação.

Sendo necessário para que prossigam, a união de todos nós Associados, Trabalhadores, colaboradores e fornecedores e assim vamos todos conseguir cumprir os nossos objectivos sociais.

Os objectivos traçados na previsão, com excepção da aquisição do imóvel localizado na Estrada das Laranjeiras e a ampliação da Residência de Loures pelos motivos de todos conhecidos foram concluídos. Apesar das dificuldades todo o resto não teria sido possível sem a contribuição de todos.

Aqui deixamos expresso o nosso agradecimento, pela contribuição, empenho, esforço e dedicação de todos aqueles que connosco colaboraram e um incentivo muito forte para assim continuarem.

Cofre, no dia 11 de Abril do ano de 2017

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

AMÉRICO TOMÉ JARDIM

MARIA MANUELA CHARRUA FRANCO

FRANCISCO MANUEL FELICIANO PINTEUS

MARIA CATARINA GONÇALVES DOS SANTOS

VÍTOR CALADO LUZ

MAPAS OBRIGATÓRIOS

BALANÇO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS
FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE 2015 E 2016

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Unidade Monetária Euros

RUBRICAS	NOTAS	31-12-2016	31-12-2015
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos Fixos Tangíveis	6	23.182.450,57	23.584.269,98
Propriedades de Investimento	8	7.918.603,94	7.919.157,31
Ativos Intangíveis	9	2.482,71	7.055,96
Investimentos Financeiros	12.5	356.921,52	396.549,59
Associados	12.1	24.912.831,65	25.969.973,65
		56.373.290,39	57.877.006,49
ATIVO CORRENTE			
Inventários		5.491,94	7.269,45
Créditos a Receber	12.1	221.379,70	172.196,92
Estado e Outros Entes Públicos	13	8.414,15	0,00
Associados	12.1	4.575.668,69	4.470.530,36
Outros Ativos Correntes	12.1	216.652,55	266.118,65
Diferimentos	14	171.980,24	262.598,36
Ativos não correntes detidos para venda	7	1.071.986,32	1.071.986,32
Caixa e Depósitos Bancários	4	5.891.090,97	4.146.706,32
		12.162.664,56	10.397.406,38
Total do Ativo		68.535.954,95	68.274.412,87
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos	15	48.913.986,20	49.311.514,61
Ajustamentos/Outras Variações no Fundos patrimoniais	15	3.426.108,09	3.426.734,25
		52.340.094,29	52.738.248,86
Resultado Líquido do Período		-1.410.624,59	-397.528,41
		-1.410.624,59	-397.528,41
Total dos Fundos Patrimoniais		50.929.469,70	52.340.720,45
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	11	0,00	202.950,00
Provisões Específicas	11	15.498.452,88	13.473.417,14
		15.498.452,88	13.676.367,14
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	12.2	142.076,27	132.483,28
Estado e Outros Entes Públicos	13	74.926,56	99.622,16
Associados	12.2	744.372,45	700.241,55
Financiamentos Obtidos	12.4	5.210,21	14.747,26
Diferimentos	14	103.743,29	256.265,32
Outros Passivos Correntes	12.2	1.037.703,59	1.053.965,71
		2.108.032,37	2.257.325,28
Total do Passivo		17.606.485,25	15.933.692,42
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		68.535.954,95	68.274.412,87

A Técnica Oficial de Contas
Gisela Carvalho Pinto Martins
TOC nº 73.248

O Conselho de Administração
Américo Tomé Jardim
Francisco Manuel Feliciano Pinteus
Vitor Calado Luz
Maria Catarina Gonçalves dos Santos
Maria Manuela Charrua Franco

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

Período findo em 31 de Dezembro de 2016

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2016	2015
Vendas e serviços prestados	10	5.115.353,40	5.046.917,58
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	19	-37.918,25	-21.209,04
Fornecimentos e serviços externos	16	-1.672.989,30	-1.430.128,58
Gastos com o pessoal	17	-2.730.323,25	-2.720.954,95
Imparidade de dividas a receber (perdas/reversões)	12.5	-40.760,48	-199,58
Provisões (aumentos/reduções)	11	0,00	-202.950,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)	11	-2.034.367,85	-1.045.516,70
Outras imparidades (perdas/reversões)	12.3 e 12.5	305.942,47	95.216,20
Outros rendimentos	10	417.367,23	432.462,19
Outros gastos	18	-1.505.564,57	-1.271.710,62
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-2.183.260,60	-1.118.073,50
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6/8/9	-963.701,48	-1.006.651,18
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-3.146.962,08	-2.124.724,68
Juros e rendimentos similares obtidos	10	1.738.943,14	1.728.499,87
Juros e gastos similares suportados		-2.605,65	-1.303,60
Resultados antes de impostos		-1.410.624,59	-397.528,41
Imposto sobre o rendimentos do período			
Resultado líquido do período		-1.410.624,59	-397.528,41
		-1.410.624,59	-397.528,41

A Técnica Oficial de Contas

Gisela Carvalho Pinto Martins
TOC nº 73.248

O Conselho de Administração

Américo Tomé Jardim
Francisco Manuel Feliciano Pinteus
Vitor Calado Luz
Maria Catarina Gonçalves dos Santos
Maria Manuela Charrua Franco

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

UNIDADE MONETÁRIA EUROS

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes/associados		13.804.895,52	13.787.734,16
Pagamentos a clientes e utentes		-6.409.934,78	-7.420.259,02
Pagamentos a fornecedores		-2.271.500,37	-1.907.712,19
Pagamentos ao pessoal		-1.868.221,73	-1.885.637,54
Caixa gerada pelas operações		3.255.238,64	2.574.125,41
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		-1.215.872,20	-934.782,46
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		2.039.366,44	1.639.342,95
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		-575.203,71	-669.000,12
<i>Ativos intangíveis</i>		-2.990,58	-5.147,12
<i>Propriedades de investimento</i>		-26.360,38	-1.112.254,03
<i>Outros ativos</i>			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>			
<i>Ativos intangíveis</i>			
<i>Rendas de propriedades de investimento</i>		279.458,10	289.620,14
<i>Outros ativos</i>			
<i>Subsídios ao investimento</i>			
<i>Juros e rendimentos similares</i>		30.844,19	57.525,74
<i>Dividendos</i>			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-294.252,38	-1.439.255,39
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Financiamentos obtidos</i>			
<i>Realizações de fundos</i>			
<i>Cobertura de prejuízos</i>			
<i>Doações</i>			
<i>Outras operações de financiamento</i>			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>			
<i>Juros e gastos similares</i>		-729,41	
<i>Dividendos</i>			
<i>Reduções de fundos</i>			
<i>Outras operações de financiamento</i>			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-729,41	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		1.744.384,65	200.087,56
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	4.146.706,32	3.946.618,76
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	5.891.090,97	4.146.706,32

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE 2015 E 2016

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE 2015

RUBRICAS	NOTAS	Fundos	Reservas	Excedentes de revalorização	Ajustamento/Outras variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado Líquido	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015	6	15	51.221.341,22	0,00	0,00	3.427.415,03	(1.909.826,61)	52.738.929,64
ALTERAÇÕES DO PERÍODO								
Realização de excedentes de revalorização dos activos fixos tangíveis e intangíveis								0,00
Excedentes de revalorização								0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais						(680,78)		(680,78)
	7	15	0,00	0,00	0,00	(680,78)	0,00	(680,78)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8	15					(397.528,41)	(397.528,41)
RESULTADO INTEGRAL	9 = 7 + 8	15					(397.528,41)	(398.209,19)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
Fundos								0,00
Subsídios, doações e legados								0,00
Outras operações			(1.909.826,61)				1.909.826,61	0,00
	10	15	(1.909.826,61)	0,00	0,00	0,00	1.909.826,61	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2015	6 + 7 + 8	15	49.311.514,61	0,00	0,00	3.426.734,25	(397.528,41)	52.340.720,45

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE 2016

RUBRICAS	NOTAS	Fundos	Reservas	Excedentes de revalorização	Ajustamento/Outras variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado Líquido	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	6	15	49.311.514,61	0,00	0,00	3.426.734,25	(397.528,41)	52.340.720,45
ALTERAÇÕES DO PERÍODO								
Realização de excedentes de revalorização dos activos fixos tangíveis e intangíveis								0,00
Excedentes de revalorização								0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais						(626,16)		(626,16)
	7	15	0,00	0,00	0,00	(626,16)	0,00	(626,16)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8	15					(1.410.624,59)	(1.410.624,59)
RESULTADO INTEGRAL	9 = 7 + 8	15					(1.410.624,59)	(1.411.250,75)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
Fundos								0,00
Subsídios, doações e legados								0,00
Outras operações			(397.528,41)				397.528,41	0,00
	10	15	(397.528,41)	0,00	0,00	0,00	397.528,41	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2016	6 + 7 + 8	15	48.913.986,20	0,00	0,00	3.426.108,09	(1.410.624,59)	50.929.469,70

ANEXO

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1. Designação da entidade:

Cofre de Previdência dos Funcionários e Agentes do Estado.

1.2. Sede:

Rua do Arsenal, Letra F

1112-803 Lisboa

1.3. NIPC:

500 969 442

1.4. Natureza da atividade:

O Cofre é uma Instituição de previdência social, de utilidade pública, constituída por Associados, que são ou foram trabalhadores da função pública. De entre as atribuições do Cofre inclui-se: “Criar e desenvolver centros de lazer contemplando componentes culturais e desportivas, de assistência materno-infantil e escolar, residências para estudantes e para seniores, bem como centros de dia e outros equipamentos cujo objetivo vise a integral realização social, económica, de saúde e cultural do sócio”.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras apresentadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos do Cofre e de acordo com o regime da normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL), regulado pelos seguintes diplomas legais:

-Decreto-Lei nº. 36-A/2011, de 9 de março, que aprova o regime da normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL);

-Portaria nº. 220/2015, de 24 de julho, que aprova os modelos das demonstrações financeiras;

-Portaria 218/2015, de 23 de julho, que aprova o Código de Contas Específico para as ESNL;

-Aviso nº. 8259/2015 que publica a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as ESNL. (NCRF-ESNL).

2.2. Indicação e justificação de disposições do SNC que, excecionalmente, tenham sido derogadas e respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

A informação financeira apresentada foi preparada de acordo com o referencial acima referido, não existindo quaisquer derrogações.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas

As contas de balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com os do período anterior.

3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS

3.1. Princípios políticas contabilísticas

3.1.1. Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos do Cofre, de acordo com a norma contabilísticas e de relato financeiro para as ESNL, e de um modo geral utilizando o custo histórico como base de mensuração.

a) Ativos Fixos Tangíveis

i) Critérios de mensuração usados para determinarem a quantia escriturada bruta

Os ativos fixos tangíveis são mensurados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade. Na transição para o SNC foram consideradas as quantias anteriormente reavaliadas com base em coeficientes de desvalorização monetária como sendo o custo de tais ativos.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultem benefícios económicos futuros. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como gasto à medida que são incursas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

ii) Métodos de depreciação usados

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidas a partir do momento em que se encontram disponíveis para uso, calculados segundo o método da linha recta com base na taxa anual. Os terrenos não são depreciados.

iii) Vidas úteis estimadas

Activos fixos tangíveis	Número de anos
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	3 a 8
Equipamento transporte	4
Equipamento administrativo	4 a 10
Outros activos fixos tangíveis	4 a 15

A vida útil estimada é objecto de avaliação anual.

b) Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento compreendem terrenos e edifícios detidos para obtenção de rendimentos ainda que se destinem, essencialmente, a uso dos associados. São mensuradas ao custo deduzido de depreciação e perdas por imparidade. Na transição para o SNC foram consideradas as quantias anteriormente reavaliadas com base em coeficientes de desvalorização monetária como sendo o custo de tais ativos.

Os custos suportados com as propriedades de investimento em utilização, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre a propriedade são reconhecidos como gasto no período a que se referem.

As depreciações das propriedades de investimento são reconhecidas a partir do momento em que se encontram disponíveis para utilização e calculadas com base no método da linha recta e taxa anual. As vidas úteis estimadas, que são anualmente objeto de avaliação, são as seguintes:

Propriedades de investimento	Número de anos
Edifícios e outras construções	50

Os terrenos não são objecto de depreciação.

c) Activos Intangíveis

i) Critérios de mensuração usados para determinarem a quantia escriturada bruta

O reconhecimento dos activos intangíveis está sujeito aos requisitos da identificabilidade, do poder de controlar a obtenção de benefícios económicos futuros e da existência desses mesmos benefícios.

São inicialmente reconhecidos ao custo, o qual, no caso de aquisições separadas, compreende o preço de compra adicionado de quaisquer custos atribuíveis à preparação do activo para o uso pretendido. Após o reconhecimento inicial, os activos intangíveis com vida útil finita são mensurados com base no modelo de custo, o qual corresponde ao custo inicial deduzido de amortizações e perdas de imparidade acumuladas. A amortização é feita segundo o método da linha recta ou quotas constantes durante o período de vida útil estimada do activo a partir da data em que se encontra apto para ser usado.

No caso de activos intangíveis com vida útil indefinida, são amortizados no prazo de 10 anos.

Os activos intangíveis referentes a desenvolvimento de software decorrem de aquisições externas.

ii) Vidas úteis estimadas

Activos intangíveis	Número de anos
Programas de computador	3

d) Imparidade dos activos fixos tangíveis, propriedades de investimento e activos intangíveis

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis, propriedades de investimento e activos intangíveis com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do activo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflecta as expectativas de mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do activo (ou da

unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do activo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (Líquida de depreciações e amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

e) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros detidos pelo Cofre respeitam, exclusivamente, a títulos da dívida pública e unidades de participação em fundos de investimento. São mensurados ao custo de aquisição deduzidas das perdas de imparidade acumuladas.

f) Activos não correntes detidos para venda

Um activo não corrente é classificado como detido para venda se a sua quantia escriturada é recuperada principalmente através de uma transacção de venda em lugar de o ser pelo uso continuado. Tal classificação exige que a venda do activo seja altamente provável, o que no caso do Cofre foi considerado por via da celebração, em 2015, de um contracto promessa de compra e venda.

Os activos não correntes detidos são mensurados pelo menor entre a sua quantia escriturada e o justo valor menos os custos de vender.

g) Activos e passivos financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando o Cofre se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os activos e passivos financeiros são mensurados de acordo com os seguintes critérios:

i) Dívidas de sócios e outras contas a receber

As dívidas de sócios e outras contas a receber são mensuradas ao custo ou custo, deduzido de qualquer imparidade. As perdas por imparidade dos clientes e de outras contas a receber, são registadas, sempre que exista evidência objectiva de que as dívidas não são recuperáveis conforme os termos iniciais da operação que lhe está subjacente. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidades diminuam ou desapareçam.

ii) Empréstimos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo ao custo. Os juros correspondentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no período a que respeitam.

iii) Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas a pagar a fornecedores e a outras entidades encontram-se mensuradas ao custo ou custo.

iv) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “caixa e seus equivalentes” correspondem a valores imediatamente disponíveis.

h) Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, complementos de trabalho nocturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais.

A responsabilidade por benefícios pós-emprego apenas existe relativamente a um conjunto de ex-trabalhadores (já reformados), a qual, ainda que não seja materialmente relevante no conjunto das demonstrações financeiras do Cofre, se encontra adequadamente reconhecida nas demonstrações financeiras.

i) Provisões e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente resultante de um evento passado, seja provável que ocorram saídas de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data do balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa.

Os passivos contingentes correspondem a obrigações possíveis decorrentes de acontecimentos passados mas cuja existência exige confirmação. Por tal facto apenas são objecto de divulgação a menos que seja remota a possibilidade de existência de qualquer exfluxo de recursos.

Decorrente dos respectivos estatutos, o Cofre está obrigado a pagar aos seus associados ou a familiares uma renda vitalícia, após os 65 anos, ou uma prestação social única, a título de subsídio por morte. Tais responsabilidades encontram-se mensuradas com base em estudo actuarial anualmente revisto.

Os principais pressupostos de cálculo são os seguintes:

Tábua de mortalidade: TV 73/77;

Taxa de Juro: 3,00%;

Custo de gestão dos benefícios: 7,46% das quotas anuais.

j) Imposto sobre o rendimento

De acordo com o disposto no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de Novembro, o Cofre é uma instituição isenta de IRC, conforme declaração da Direcção Geral dos Impostos publicada no Diário da República, III série, de 22 de Novembro de 1989.

k) Rédito

O rédito relativo a prestações de serviços e a juros decorrentes da actividade normal do Cofre é reconhecido pelo seu justo valor conforme condições definidas para a generalidade dos sócios.

O rédito proveniente das residências seniores, universitárias e centros de lazer é reconhecido no período em que os mesmos são utilizados.

O rédito proveniente de juros é reconhecido por utilização do método do juro efectivo.

I) Regime de acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o pressuposto contabilístico do acréscimo. As diferenças entre montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidos como activos ou passivos, conforme se qualifiquem como tal.

3.1.2. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras incluem:

- As provisões inerentes aos benefícios dos associados;
- As provisões inerentes a benefícios pós-emprego de um conjunto de ex-trabalhadores;
- As imparidades relacionadas com dividas a receber de associados por financiamentos e abonos concedidos;
- A vida útil estimada das propriedades de investimento.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras.

3.1.3. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos do Cofre, estando as estimativas anteriormente divulgadas naturalmente sujeitas a alteração por razões de natureza macroeconómica.

3.1.4. Principais fontes de incerteza

Não obstante os apoios prestados pelo Cofre aos seus associados para aquisição ou construção de habitação própria estarem garantidos pelo próprio imóvel, existe uma incerteza decorrente da conjuntura económica relativamente à possibilidade de todos os beneficiários poderem cumprir com as respectivas obrigações e à evolução do próprio mercado imobiliário.

3.2. Alterações nas políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas são definidas de forma a dar cumprimento às normas contabilísticas e de relato financeiro e são adotadas de forma consistente. Qualquer alteração decorrente de novas normas é tratada de acordo com as disposições transitórias nelas consideradas ou, na sua ausência, de forma retrospectiva.

As políticas contabilísticas seguidas em 2016 são consistentes com as adoptadas no exercício anterior em todos os aspectos materiais.

3.3. Alterações nas estimativas contabilísticas

Regista-se a actualização das responsabilidades associadas a subsídios por morte e rendas vitalícias, conforme estuda actuarial, cujo efeito no resultado líquido do exercício foi 2.034.367,85 euros.

3.4. Correção de erros de períodos anteriores

Não foram identificados quaisquer erros materiais.

4.FLUXOS DE CAIXA

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e equivalentes:

Descrição	Conta	Montante
Caixa	11	1.815,13
Total de caixa		1.815,13
Depósitos à ordem	12	1.408.405,62
Depósitos a prazo	13	4.480.870,22
Total de depósitos bancários		5.889.275,84
Total de caixa e equivalentes		5.891.090,97

Todos os depósitos podem ser prontamente mobilizados.

Na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa são considerados como referentes à actividade operacional todos os fluxos financeiros relacionados com os apoios de natureza financeira prestados aos associados.

Nestas circunstâncias, apenas são considerados nas actividades de investimento os rendimentos das aplicações financeiras em instituições de crédito e das propriedades de investimento.

5.PARTES RELACIONADAS

O Cofre não participa no capital de quaisquer entidades nem é participado por pessoas colectivas.

Os Corpos Gerentes são remunerados através de senhas de presença em função das reuniões efectuadas conforme nota 17.

6.ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

a) Os activos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e perdas de imparidade acumuladas, conforme explicitado na nota 3.

b) As depreciações são efectuadas pelo método da linha recta.

c) A vida útil é determinada de acordo com a expectativa de afectação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outras activos tangíveis	Investimento em curso activos tangíveis	Total
Saldos em 01-01-2016									
Quantias brutas	3.728.366,15	23.269.418,38	3.862.918,92	267.942,56	707.305,97	5.642,65	40.654,28	915.365,16	32.797.614,07
Depreciações acumuladas	0,00	5.119.799,18	3.181.263,48	237.505,02	640.047,56	2.595,82	32.133,03	0,00	9.213.344,09
Quantias líquidas	3.728.366,15	18.149.619,20	681.655,44	30.437,54	67.258,41	3.046,83	8.521,25	915.365,16	23.584.269,98
Movimento em 2016									
Activo fixo									
Aquisições		288.509,75	159.372,97	20.549,98	16.219,68	2.204,82		92.371,71	579.228,91
Alienações			(14.009,78)	(26.650,00)					(40.659,78)
Abates			(31.347,75)						(31.347,75)
Transferências		18.292,02	11.996,43		(11.996,43)			(203.292,02)	(185.000,00)
Total do exercício	0,00	306.801,77	126.011,87	-6.100,02	4.223,25	2.204,82	0,00	(110.920,31)	322.221,38
Depreciações acumuladas									
Depreciações do exercício		488.107,32	252.220,92	20.356,27	33.610,48	1.789,85	1.154,96		797.239,80
Alienações			(14.009,78)	(26.650,00)					(40.659,78)
Abates			(32.539,23)						(32.539,23)
Transferências			11.187,89		(11.187,89)				0,00
Total do exercício	0,00	488.107,32	216.859,80	-6.293,73	22.422,59	1.789,85	1.154,96	0,00	724.040,79
Saldos em 31-12-2016									
Quantias brutas	3.728.366,15	23.576.220,15	3.988.930,79	261.842,54	711.529,22	7.847,47	40.654,28	804.444,85	33.119.835,45
Depreciações acumuladas	0,00	5.607.906,50	3.398.123,28	231.211,29	662.470,15	4.385,67	33.287,99	0,00	9.937.384,88
Quantias líquidas	3.728.366,15	17.968.313,65	590.807,51	30.631,25	49.059,07	3.461,80	7.366,29	804.444,85	23.182.450,57

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outras activos tangíveis	Investimento em curso activos tangíveis	Total
Saldos em 01-01-2015									
Quantias brutas	3.978.440,84	24.092.115,72	3.610.977,27	267.942,56	685.247,92	4.817,65	40.654,28	815.003,43	33.495.199,67
Depreciações acumuladas	0,00	4.821.383,34	2.946.968,91	193.012,04	601.082,44	1.785,77	30.999,35	0,00	8.592.679,76
Quantias líquidas	3.978.440,84	19.270.732,38	664.008,36	74.930,52	84.165,48	3.031,88	9.654,93	815.003,43	24.899.967,82
Movimento em 2015									
Activo fixo									
Aquisições		129.231,72	260.860,92		27.649,04	825,00		250.433,44	669.000,12
Alienações									0,00
Abates		(2.800,00)	(20.012,95)		(60,99)			(67.821,71)	(90.695,65)
Transferências	(250.074,69)	(949.129,06)	11.093,68		(5.530,00)			(82.250,00)	(1.275.890,07)
Total do exercício	(250.074,69)	(822.697,34)	251.941,65	0,00	22.058,05	825,00	0,00	100.361,73	-697.585,60
Depreciações acumuladas									
Depreciações do exercício		502.487,59	248.502,81	44.492,98	44.556,11	810,05	1.133,68		841.983,22
Alienações									0,00
Abates		(168,00)	(19.738,24)		(60,99)				(1.448,94)
Transferências		(203.903,75)	5.530,00		(5.530,00)				(69,52)
Total do exercício	0,00	298.415,84	234.294,57	44.492,98	38.965,12	810,05	1.133,68	0,00	840.464,76
Saldos em 31-12-2015									
Quantias brutas	3.728.366,15	23.269.418,38	3.862.918,92	267.942,56	707.305,97	5.642,65	40.654,28	915.365,16	32.797.614,07
Depreciações acumuladas	0,00	5.119.799,18	3.181.263,48	237.505,02	640.047,56	2.595,82	32.133,03	0,00	9.433.144,52
Quantias líquidas	3.728.366,15	18.149.619,20	681.655,44	30.437,54	67.258,41	3.046,83	8.521,25	915.365,16	23.584.269,98

A administração promoveu no final de 2013, que se prolongaram por 2014, avaliações do activo imobiliário do Cofre. Embora tenha sido efectuado o trabalho de avaliação relativamente a todo o activo imobiliário do Cofre, as avaliações relativas aos imóveis afectos às actividades não foram conclusivas devido ao facto de não terem em conta as actividades ali desenvolvidas.

7.ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

O edifício da Rua dos Sapateiros nº 58/62 foi transferido de activos fixos tangíveis para activos não correntes detidos para venda no ano de 2015, pois o foi celebrado um contracto de promessa de compra e venda, tendo continuado em 2016 nessa rúbrica.

O Imóvel encontra-se mensurado ao custo de aquisição deduzido das depreciações incorridas até ao momento em que foi classificado como detido para a venda, considerando-se que a quantia escriturada é inferior ao justo valor menos os custos de alienação.

8.PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

O cofre optou por contabilizar as suas propriedades de investimento segundo o modelo do custo, conforme referido na nota 3.

As depreciações são efectuadas pelo método da linha recta, sendo a estimativa de vida útil dos edifícios de 50 anos.

O movimento registado no exercício de 2016, quer relativamente ao investimento quer relativamente às depreciações, é o que se apresenta nos mapas seguintes:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Propriedades de investimento em curso	Total
Saldos em 01-01-2016				
Quantias brutas	1.657.938,17	7.752.850,76	1.676.954,10	11.087.743,03
Depreciações acumuladas	0,00	3.168.585,72	0,00	3.168.585,72
Quantias líquidas	1.657.938,17	4.584.265,04	1.676.954,10	7.919.157,31
Movimento em 2016				
Propriedades de investimento				
Aquisições	32.996,03	115.543,26	9.805,19	158.344,48
Transferências		39.871,07	(39.871,07)	0,00
Total do exercício	32.996,03	155.414,33	(30.065,88)	158.344,48
Depreciações acumuladas				
Depreciações do exercício		158.897,85		158.897,85
Total do exercício	0,00	158.897,85	0,00	158.897,85
Saldos em 31-12-2016				
Quantias brutas	1.690.934,20	7.908.265,09	1.646.888,22	11.246.087,51
Depreciações acumuladas	0,00	3.327.483,57	0,00	3.327.483,57
Quantias líquidas	1.690.934,20	4.580.781,52	1.646.888,22	7.918.603,94

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Propriedades de investimento em curso	Total
Saldos em 01-01-2015				
Quantias brutas	1.591.300,12	7.503.269,58	614.367,12	9.708.936,82
Depreciações acumuladas	0,00	3.012.796,15	0,00	3.012.796,15
Quantias líquidas	1.591.300,12	4.490.473,43	614.367,12	6.696.140,67
Movimento em 2015				
Propriedades de investimento				
Aquisições	66.638,05	225.922,91	1.086.245,25	1.378.806,21
Transferências		23.658,27	(23.658,27)	0,00
Total do exercício	66.638,05	249.581,18	1.062.586,98	1.378.806,21
Depreciações acumuladas				
Depreciações do exercício		155.789,57		155.789,57
Total do exercício	0,00	155.789,57	0,00	155.789,57
Saldos em 31-12-2015				
Quantias brutas	1.657.938,17	7.752.850,76	1.676.954,10	11.087.743,03
Depreciações acumuladas	0,00	3.168.585,72	0,00	3.168.585,72
Quantias líquidas	1.657.938,17	4.584.265,04	1.676.954,10	7.919.157,31

Conforme anteriormente referido, as avaliações efectuadas relativamente às propriedades de investimento, o seu valor global é superior ao valor contabilístico em 5.747.072,83 €, contudo existem fracções em que o valor de avaliação é inferior ao valor contabilístico, sendo a diferença de 115.007,42 €. Tendo em conta que a diferença encontrada não se afigura expressiva não foi reconhecida qualquer imparidade.

Os rendimentos provenientes das propriedades de investimento apresentados na demonstração dos resultados são os seguintes:

Rendas	304.707,69 €
---------------	--------------

9.ACTIVOS INTANGÍVEIS

a) Os activos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das correspondentes amortizações e perdas de imparidade acumuladas.

b) As amortizações são efectuadas pelo método da linha recta.

c) A vida útil é determinada de acordo com a expectativa da afectação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Programas computador	Desenvolvimento software em curso	Total
Saldos em 01-01-2016			
Quantias brutas	586.314,87	0,00	586.314,87
Amortizações acumuladas	579.258,91		579.258,91
Quantias líquidas	7.055,96	0,00	7.055,96
Movimento em 2016			
Activo intangível			
Aquisições	2.990,58		2.990,58
Transferência			0,00
Total do exercício	2.990,58	0,00	2.990,58
Amortizações acumuladas			
Transferência			0,00
Amortizações do exercício	7.563,83		7.563,83
Total do exercício	7.563,83	0,00	7.563,83
Saldos em 31-12-2016			
Quantias brutas	589.305,45	0,00	589.305,45
Amortizações acumuladas	586.822,74		586.822,74
Quantias líquidas	2.482,71	0,00	2.482,71

Descrição	Programas computador	Desenvolvimento software em curso	Total
Saldos em 01-01-2015			
Quantias brutas	581.167,75	0,00	581.167,75
Amortizações acumuladas	570.380,52		570.380,52
Quantias líquidas	10.787,23	0,00	10.787,23
Movimento em 2015			
Activo intangível			
Aquisições	5.147,12		5.147,12
Transferência			0,00
Total do exercício	5.147,12	0,00	5.147,12
Amortizações acumuladas			
Transferência			0,00
Amortizações do exercício	8.878,39		8.878,39
Total do exercício	8.878,39	0,00	8.878,39
Saldos em 31-12-2015			
Quantias brutas	586.314,87	0,00	586.314,87
Amortizações acumuladas	579.258,91		579.258,91
Quantias líquidas	7.055,96	0,00	7.055,96

10.RÉDITO

O Cofre reconhece o rédito de acordo com os critérios definidos na alínea k) do ponto 3.

A quantia significativa de cada categoria de rédito reconhecida durante o período apresenta-se como segue:

Descrição	2016	2015
Prestações de serviços		
Mensalidades de utentes	791.254,91	841.049,98
Mensalidades de residência	106.764,02	102.800,07
Centros de Lazer	719.270,02	668.711,85
Quotizações e Jóias	3.463.866,92	3.411.607,20
Comissões	34.197,53	22.748,48
Total	5.115.353,40	5.046.917,58
Reversões		
Sócios	304.810,06	82.469,92
Investimentos financeiros	1.132,41	12.746,28
Total	305.942,47	95.216,20
Outros rendimentos e ganhos		
Subsídios prescritos	7.591,33	3.577,42
Rendas e outros rendimentos em propriedade Investimento	304.707,69	296.271,82
Outros	105.068,21	132.612,95
Total	417.367,23	3.844.069,39
Juros		
Depósitos bancários	46,97	359,75
Títulos da dívida pública	11.176,62	11.176,62
Empréstimos de financiamento	1.567.431,91	1.573.218,20
Outros investimentos financeiros	26.795,68	37.267,00
Outros juros	133.491,96	106.478,30
Total	1.738.943,14	1.728.499,87
Total	7.577.606,24	7.303.095,84

11.PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES

O valor dos compromissos que não figuram no balanço, relativos a subsídios por morte, inscritos e vencidos, ascendem, respectivamente, a 124.542.722,20 € e 125.856.711,88 € (valores nominais). Todavia, segundo o estudo actuarial efectuado com referência a 31 de Dezembro de 2016 e que toma em consideração os rendimentos esperados dos activos do Cofre, as responsabilidades inerentes às reservas matemáticas, ascendiam, de acordo com os pressupostos considerados, a 15.498.452,88€.

Em face deste estudo procedeu-se ao seguinte reforço da provisão:

Descrição	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisões processos judiciais em curso	202.950,00		202.950,00	0,00
Provisões para subsídios por morte	13.067.703,04	1.685.045,25		14.752.748,29
Provisões para rendas vitalícias	241.983,45	349.322,60		591.306,05
Provisões para pensões de reforma e sobrevivência	163.730,65		9.332,11	154.398,54
Total	13.676.367,14	2.034.367,85	212.282,11	15.498.452,88

Importa ainda salientar que o Cofre celebrou no decurso de 2015 um contracto tendo por objectivo a venda do imóvel da Rua dos Sapateiros nº 58/62 pelo preço de 2.000.000,00 euros, tendo recebido de sinal a quantia de 300.000,00 euros e pago a comissão de 100.000,00 euros acrescidos de iva. No caso de não se realizar a escritura o Cofre terá de restituir o sinal em dobro.

12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Bases de mensuração utilizadas relativamente a instrumentos financeiros são as referidas na alínea g) do ponto 3.

Os principais activos e passivos financeiros são os seguintes:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Associados - Activo não corrente	24.912.831,65	25.969.973,65
Associados - Activo corrente	4.575.668,69	4.470.530,36
Créditos a receber	221.379,70	172.196,92
Outros activos correntes	209.568,04	244.644,44
Devedores por acréscimos de rendimentos	7.084,51	21.474,21
Total	29.926.532,59	30.878.819,58

12.1. Sócios e outras contas a receber

As dívidas de associados (corrente e não corrente) são mensuradas ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade por insuficiência das garantias prestadas.

Nas referidas dívidas incluem-se os financiamentos concedidos na forma de abonos reembolsáveis e financiamentos à habitação, nos termos das respectivas disposições estatutárias. O rendimento decorrente dos juros obtidos é considerado no período a que respeitam de acordo com o método do juro efectivo.

12.2. Fornecedores e outras contas a pagar

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Fornecedores	142.076,27	132.483,28
Associados	744.372,45	700.241,55
Créditos a receber	260.363,40	262.179,90
Outros passivos correntes	440.170,12	446.442,91
Credores por acréscimos de gastos	337.170,07	345.342,90
Total	1.924.152,31	1.886.690,54

12.3. Reconhecimento das reversões por imparidade de dívidas a receber

Descrição	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Saldo final
Dívidas a receber				
Sócios c/ seguros de vida	0,00			0,00
Sócios c/ cobrança duvidosa	3.974.809,86		295.421,23	3.679.388,63
Sócios c/ cartão saúde	36.030,13		9.388,83	26.641,30
Total	4.010.839,99	0,00	304.810,06	3.706.029,93

Além da dívida de cobrança duvidosa indicada, existe ainda o capital não vencido de sócios que estão em contencioso, mas que mensalmente é transferido o valor da prestação vencida para cobrança duvidosa:

- Empréstimos de financiamento para habitação (capital não vencido)

Relativa a sócios com prestações vencidas já sujeita a imparidade - 1.926.958,76 €

Relativamente a estas dívidas não se considera que existam perdas por imparidade, uma vez que estão garantidas por hipoteca dos imóveis e contractos de Propriedade Resolúvel.

12.4. Financiamentos obtidos

O valor 5.210,21 € corresponde aos contractos de locação financeira.

12.5. Investimentos financeiros

Descrição	Custo aquisição	Valor contabilístico em 31 Dezembro 2015	Imparidade/reversão no período	Valor contabilístico em 31 Dezembro 2016
Títulos de dívida pública	363.324,40	299.716,69	(40.760,48)	258.956,21
Fundo de tesouraria	100.000,00	96.832,90	1.132,41	97.965,31
Total	463.324,40	396.549,59	(39.628,07)	356.921,52

13. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, a rubrica de “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Activo		
Imposto sobre o valor acrescentado	8.341,58	0,00
ADSE	72,57	
Total	8.414,15	0,00
Passivo		
Imposto sobre rendimento	22.268,39	25.010,56
Imposto sobre o valor acrescentado	0,00	21.215,49
Restantes impostos	0,00	0,00
Contribuições para a segurança social	52.658,17	53.396,11
Total	74.926,56	99.622,16

14. DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de “diferimentos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Activo		
Gastos a reconhecer	171.980,24	262.598,36
Total	171.980,24	262.598,36
Passivo		
Rendimento a reconhecer	103.743,29	256.265,32
Total	103.743,29	256.265,32

15.FUNDOS PATRIMONIAIS

O movimento registado no exercício de 2016, na rubrica “fundos patrimoniais”, é o que se apresenta no mapa seguinte:

Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
FUNDOS PATRIMONIAIS				
Fundos	49.311.514,61		397.528,41	48.913.986,20
	49.311.514,61	0,00	397.528,41	48.913.986,20
OUTRAS VARIAÇÕES NOS FUNDO PATRIMONIAIS				
Excedente Revalorização				
Activo fixo tangível				
Terrenos e Recursos Naturais	508.751,36			508.751,36
Edifícios e Outras Construções	391.373,71			391.373,71
	900.125,07	0,00	0,00	900.125,07
Propriedades de investimento				
Terrenos e Recursos Naturais	1.132.248,78			1.132.248,78
Edifícios e Outras Construções	1.384.459,78			1.384.459,78
	2.516.708,56	0,00	0,00	2.516.708,56
	3.416.833,63	0,00	0,00	3.416.833,63
Outras variações	9.900,62	5.170,20	5.796,36	9.274,46
	9.900,62	5.170,20	5.796,36	9.274,46
RESULTADO LÍQUIDO				
Resultado líquido do período	(397.528,41)	397.528,41	1.410.624,59	(1.410.624,59)
	(397.528,41)	397.528,41	1.410.624,59	(1.410.624,59)
	52.340.720,45	402.698,61	1.813.949,36	50.929.469,70

16.FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Descrição	2016	2015
Trabalhos Especializados	341.696,91	299.823,30
Conservação e Reparação	284.363,10	244.436,06
Comunicação	221.285,23	154.291,09
Electricidade	154.234,54	157.466,12
Limpeza, Higiene e Conforto	122.309,99	114.725,70
Honorários	108.241,67	128.504,63
Vigilância e Segurança	73.493,79	6.036,87
Água	64.587,79	55.576,47
Contencioso e Notariado	48.523,50	43.298,12
Seguros	36.821,73	38.040,93
Gás	30.519,55	29.502,59
Material de Escritório	29.220,67	25.144,41
Serviços Bancários	14.445,47	15.523,32
Outros	143.245,36	117.758,97
Total	1.672.989,30	1.430.128,58

17.BENEFÍCIOS DE EMPREGADOS

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Descrição	2016	2015
Remunerações Órgãos Sociais	18.547,75	22.143,16
Vencimentos e outros	2.204.736,40	2.201.133,88
Encargos sociais e pensões	507.039,10	497.677,91
Total	2.730.323,25	2.720.954,95

A rubrica “encargos sociais” para além da Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social, inclui gastos com a medicina no trabalho, formação, seguro de acidentes de trabalho e pessoais e pensões.

Relativamente aos empregados existem dívidas activas referentes a abonos reembolsáveis indexados ao vencimento, as quais em 31 de Dezembro ascendiam a 456.835,11 euros.

Número de pessoas ao serviço do Cofre:

Descrição	2016	2015
Dirigentes	14	14
Funcionários	125	126
Programa de estágio profissional IEFP	3	1
Estágio profissional a aguardar aprovação da candidatura pelo IEFP	-	-
Contracto de emprego e inserção IEFP	-	-
Contracto medida estímulo de emprego IEFP	-	1

18.OUTROS GASTOS E PERDAS

Descrição	2016	2015
Gastos em propriedades de investimento	71.329,70	55.486,39
Gastos de previdência social	3.212.218,71	2.191.257,57
Outros	256.384,01	70.483,36
Total	3.539.932,42	2.317.227,32

Nos gastos de previdência social incluem-se os reforços da provisão calculada com base em estudo actuarial, conforme divulgados na nota 11 (2.034.367,85 euros em 2016 e 1.045.516,70 euros em 2015).

Em relação aos outros gastos, foi contabilizada a perda do sinal no valor de 185.000,00 euros pela rescisão do contracto de promessa para a aquisição do imóvel sito na Estrada das Laranjeiras n.º 237-239 B, pois o contracto de promessa de compra a venda, celebrado a 20 de Novembro de 2015, estipulava um prazo de 90 dias para a celebração de escritura. Sobre a referida operação de compra foi apresentada providência cautelar. O promitente vendedor invocou incumprimento do promitente comprador, com a consequente perda de sinal para o Cofre.

19. RENDIMENTOS E GASTOS POR ATIVIDADES

DESCRIÇÃO	Residências para seniores/universitárias	Centros de férias	Propriedades de investimento	Outras operações com associados	Serviços centrais e de apoio às actividades	Total
RENDIMENTOS						
Vendas e Prestação de serviços	898.018,93	719.270,02			34.197,53	1.651.486,48
Quotização					3.463.866,92	3.463.866,92
Outros rendimentos			304.707,69	1.567.431,91	590.113,24	2.462.252,84
Total	898.018,93	719.270,02	304.707,69	1.567.431,91	4.088.177,69	7.577.606,24
GASTOS						
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		37.918,25				37.918,25
Fornecimentos e serviços externos	562.845,88	382.368,92			727.774,50	1.672.989,30
Gastos com o pessoal	910.299,29	380.532,94			1.439.491,02	2.730.323,25
Gastos previdência social					1.177.850,86	1.177.850,86
Gastos de depreciação e amortização	260.807,01	478.056,42	158.897,85		65.940,20	963.701,48
Provisões					2.034.367,85	2.034.367,85
Gastos de imparidade					40.760,48	40.760,48
Outros gastos			71.329,70		258.989,66	330.319,36
Total	1.733.952,18	1.278.876,53	230.227,55	0,00	5.745.174,57	8.988.230,83
RESULTADO 2016	-835.933,25	-559.606,51	74.480,14	1.567.431,91	-1.656.996,88	-1.410.624,59
RESULTADO 2015	-845.151,59	-477.622,77	84.995,86	1.573.218,20	-732.968,11	-397.528,41

20.ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

As demonstrações financeiras apresentadas foram autorizadas para emissão em reunião do Conselho de Administração em 11 de Abril de 2017.

De referir que não obstante tal autorização as demonstrações financeiras ainda serão objecto de aprovação em Assembleia-geral de sócios.

MAPAS COMPLEMENTARES

DIFERENÇA ENTRE AS VERBAS ORÇAMENTADAS E AS
DESPENDIDAS NO ANO 2016

MAPA DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO E QUOTIZAÇÃO DE
2016

CASAS ADQUIRIDAS OU HIPOTECAS TRANSFERIDAS
DURANTE O ANO DE 2016

DIFERENÇA ENTRE AS VERBAS ORÇAMENTADAS E AS DESPENDIDAS NO ANO DE 2016

DIFERENÇA ENTRE AS VERBAS ORÇAMENTADAS E AS DESPENDIDAS NO ANO DE 2016

Unidade: €

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO		DESPENDIDO	SALDO
		INICIAL	RECTIFICADO		
01.01.03	Pessoal dos quadros - regime de função pública	1.360.000,00	1.310.000,00	1.305.910,41	4.089,59
01.01.04	Pessoal dos quadros - regime cont.indiv.trabalho	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
01.01.06	Pessoal contratado a termo	149.000,00	209.000,00	207.739,63	1.260,37
01.01.07	Pessoal em regime de tarefa ou avença	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
01.01.08	Pessoal aguardando aposentação	3.000,00	3.000,00	0,00	3.000,00
01.01.09	Pessoal em qualquer outra situação	2.000,00	2.000,00	1.680,00	320,00
01.01.09	Representação	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
01.01.13	Subsídio de refeição	130.000,00	130.000,00	128.924,33	1.075,67
01.01.14	Subsídio de férias e de Natal	246.500,00	260.500,00	259.690,70	809,30
01.01.15	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	3.000,00	3.000,00	0,00	3.000,00
01.02.02	Horas extraordinárias	15.000,00	17.000,00	16.609,25	390,75
01.02.04	Ajudas de custo	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
01.02.05	Abono para falhas	6.000,00	6.000,00	4.660,32	1.339,68
01.02.06	Formação	10.000,00	3.000,00	2.789,45	210,55
01.02.07	Colaboração técnica e especializada	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
01.02.11	Subsídio de turno	48.000,00	53.000,00	52.989,63	10,37
01.02.12	Indemnizações por cessação de funções	3.000,00	11.000,00	10.034,52	965,48
01.02.13	Outros suplementos e prémios	219.000,00	189.000,00	179.399,63	9.600,37
01.02.14	Outros abonos em numerário ou espécie			0,00	
	A- Remunerações de corpos gerentes	30.000,00	30.000,00	18.547,75	11.452,25
	B- Outros abonos em numerário ou espécie	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
01.03.01	Encargos com a saúde	3.000,00	3.000,00	0,00	3.000,00
01.03.03	Subsídio familiar a crianças e jovens	1.500,00	1.500,00	1.438,54	61,46
01.03.04	Outras prestações familiares	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
01.03.05	Contribuições para a segurança social	414.000,00	473.000,00	470.798,59	2.201,41
01.03.08	Outras pensões	38.000,00	38.000,00	37.310,00	690,00
01.03.09	Seguros	39.000,00	39.000,00	33.823,44	5.176,56
01.03.10	Outras despesas de segurança social	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
02.01.02	Combustíveis e lubrificantes	40.000,00	40.000,00	37.432,82	2.567,18
02.01.04	Limpeza e higiene	60.000,00	85.000,00	82.111,60	2.888,40
02.01.06	Alimentação - géneros para confeccionar	50.000,00	50.000,00	41.932,74	8.067,26
02.01.07	Vestuário e artigos pessoais	10.000,00	3.000,00	904,58	2.095,42
02.01.08	Material de escritório	30.000,00	30.000,00	27.991,44	2.008,56
02.01.11	Material de consumo clínico	6.000,00	6.000,00	5.620,74	379,26
02.01.15	Prémios, condecorações e ofertas	5.000,00	5.000,00	80,00	4.920,00
02.01.17	Ferramentas e utensílios	10.000,00	2.000,00	959,99	1.040,01
02.01.18	Livros e documentação técnica	2.000,00	2.000,00	309,61	1.690,39
02.01.21	Outros bens	40.000,00	28.000,00	24.536,74	3.463,26
02.02.01	Encargos das instalações	210.000,00	230.000,00	227.367,31	2.632,69
02.02.02	Limpeza e higiene	45.000,00	45.000,00	41.444,84	3.555,16
02.02.03	Conservação de bens	160.000,00	238.000,00	229.698,30	8.301,70
	A transportar	3.396.000,00	3.553.000,00	3.452.736,90	100.263,10

DIFERENÇA ENTRE AS VERBAS ORÇAMENTADAS E AS DESPENDIDAS NO ANO DE 2016

Unidade: €

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO		DESPENDIDO	SALDO
		INICIAL	RECTIFICADO		
	Transporte	3.396.000,00	3.553.000,00	3.452.736,90	100.263,10
02.02.09	Comunicações	150.000,00	222.000,00	220.603,63	1.396,37
02.02.10	Transportes	3.000,00	3.000,00	1.968,10	1.031,90
02.02.11	Representações dos serviços	5.000,00	5.000,00	472,70	4.527,30
02.02.12	Seguros	50.000,00	35.000,00	32.216,57	2.783,43
02.02.13	Deslocações e estadas	10.000,00	10.000,00	6.479,90	3.520,10
02.02.14	Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	4.000,00	4.000,00	0,00	4.000,00
02.02.15	Formação	5.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00
02.02.17	Publicidade	5.000,00	5.000,00	2.699,05	2.300,95
02.02.18	Vigilância e segurança	2.500,00	67.500,00	67.361,01	138,99
02.02.19	Assistência técnica	5.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
02.02.20	Outros trabalhos especializados	507.500,00	477.500,00	458.966,66	18.533,34
02.02.25	Outros serviços	125.000,00	220.000,00	215.603,84	4.396,16
03.05.02	Outros juros	5.000,00	5.000,00	1.944,91	3.055,09
04.07.01	Instituições sem fins lucrativos	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
04.08.02	A-Subsídios por morte, de luto e funeral	560.000,00	600.000,00	596.772,24	3.227,76
04.08.02	B-Reembolsos de vencimentos perd.por doença	280.000,00	515.000,00	505.685,95	9.314,05
04.08.02	C-Rendas Vitalícias	20.000,00	50.000,00	48.547,27	1.452,73
04.08.02	D-Bolsas Sociais	35.000,00	35.000,00	33.900,00	1.100,00
04.08.02	E-Subsídios Sociais	3.000,00	8.000,00	6.650,00	1.350,00
06.01.00	Dotação provisional	10.000,00	0,00	0,00	0,00
06.02.01	Impostos e taxas	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
06.02.03	A-Restituições	5.000,00	5.000,00	1.398,89	3.601,11
06.02.03	B-Diversos	4.000,00	4.000,00	0,00	4.000,00
07.01.02	Habitacões	250.000,00	250.000,00	17.386,25	232.613,75
07.01.03	Edifícios	5.000.000,00	4.200.000,00	390.188,89	3.809.811,11
07.01.04	Construções diversas	5.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00
07.01.06	Equipamento de transporte	25.000,00	25.000,00	20.550,00	4.450,00
07.01.07	Material de informática	35.000,00	35.000,00	15.061,16	19.938,84
07.01.09	Equipamento administrativo	20.000,00	20.000,00	14.629,95	5.370,05
07.01.10	Equipamento básico	1.500.000,00	1.313.000,00	133.002,14	1.179.997,86
07.01.15	Outros investimentos	5.000,00	5.000,00	194,82	4.805,18
09.05.03	Soc. financeiras-Bancos e out.instit.financ. (c/prazo)	550.000,00	550.000,00	0,00	550.000,00
09.06.03	Soc. financeiras-Bancos e out.instit.financ. (m/prazo)	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
09.06.13	A-Propriedade resolúvel	2.500.000,00	2.500.000,00	1.050.746,01	1.449.253,99
09.06.13	B-Beneficiação em casa dos sócios	250.000,00	250.000,00	125.746,82	124.253,18
09.06.13	C-Subsídios reembolsáveis	6.500.000,00	6.500.000,00	5.092.043,49	1.407.956,51
09.06.13	D-Outros empréstimos ou adiantamentos	150.000,00	150.000,00	141.398,46	8.601,54
09.06.13	E-Emprést. p ^a construção e beneficiação, concedidos em anos anteriores - 2 ^a tranche e seguintes	20.000,00	32.000,00	31.250,00	750,00
12.01	Operações de Tesouraria - entrega receita Estado	1.000.000,00	1.070.000,00	1.068.350,82	1.649,18
12.02	Outras operações de Tesouraria	850.000,00	1.115.000,00	1.109.048,95	5.951,05
	Total	24.852.000,00	24.852.000,00	14.863.605,38	9.988.394,62

MAPA DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO E QUOTIZAÇÃO DE 2016

MAPA DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO E QUOTIZAÇÃO DE 2016

IDADE	Nº SÓCIOS	SUBSÍDIOS INSCRITOS	SUBSÍDIOS VENCIDOS	QUOTA ANUAL	IDADE	Nº SÓCIOS	SUBSÍDIOS INSCRITOS	SUBSÍDIOS VENCIDOS	QUOTA ANUAL
20	1	5.000,00	5.100,00	95,40	Transporte	28.482	99.936.614,43	99.224.179,52	2.639.243,88
22	1	4.125,00	0,00	50,52	64	1.540,00	3.240.707,59	3.482.535,18	112.215,60
23	2	9.125,00	4.125,00	154,92	65	1.563,00	3.045.701,30	3.274.593,41	106.214,28
24	2	9.125,00	9.225,00	189,96	66	1.447,00	2.747.419,62	2.948.810,45	97.134,00
25	7	31.500,00	13.850,00	562,44	67	1.154,00	2.194.530,11	2.377.073,00	78.763,32
26	16	71.250,00	49.357,50	1.204,44	68	1.131,00	1.956.598,56	2.124.066,71	71.086,32
27	16	64.125,00	47.487,50	1.394,88	69	973,00	1.584.067,11	1.742.069,62	59.706,00
28	15	67.500,00	46.625,00	1.189,68	70	928,00	1.389.225,02	1.514.165,47	51.910,68
29	29	125.875,00	108.625,00	2.173,44	71	865,00	1.173.811,29	1.280.070,23	43.385,88
30	49	214.750,00	184.324,00	3.956,52	72	753,00	992.639,13	1.115.825,68	37.818,84
31	67	291.375,00	259.267,00	5.399,04	73	688,00	778.947,95	853.650,14	28.242,72
32	84	354.025,00	317.239,00	6.962,28	74	633,00	714.399,46	791.682,64	26.384,76
33	132	571.975,00	516.230,67	10.872,72	75	605,00	565.652,91	622.847,38	20.607,00
34	138	587.375,00	504.999,33	11.639,76	76	593,00	523.615,85	579.289,59	18.864,00
35	161	684.400,00	570.237,72	14.052,84	77	638,00	469.920,87	506.897,23	15.990,96
36	229	971.379,20	866.374,56	19.403,52	78	600,00	398.133,84	430.162,59	13.164,60
37	292	1.233.890,27	1.122.769,15	24.509,04	79	590,00	352.039,75	379.464,06	12.087,00
38	346	1.457.777,70	1.326.828,31	28.842,48	80	609,00	342.515,57	366.119,65	10.325,88
39	527	2.219.813,20	2.014.271,70	44.966,28	81	603,00	336.686,81	369.817,93	11.044,32
40	647	2.727.767,29	2.507.366,90	55.737,84	82	553,00	259.031,07	273.590,99	6.732,60
41	718	2.984.529,03	2.709.899,71	59.188,32	83	534,00	251.587,67	269.869,61	7.226,88
42	821	3.377.316,40	3.141.588,28	70.366,32	84	551,00	235.655,47	251.074,80	5.629,08
43	831	3.442.423,82	3.244.428,31	73.114,08	85	484,00	182.293,08	188.983,97	3.775,80
44	796	3.277.358,78	3.141.419,45	70.699,44	86	441,00	162.551,51	167.843,74	2.963,64
45	851	3.505.453,38	3.403.805,49	77.764,92	87	350,00	129.217,92	132.774,35	2.594,04
46	807	3.358.645,13	3.214.364,70	76.744,92	88	335,00	121.432,94	124.544,43	2.150,16
47	741	3.074.779,67	3.011.143,11	71.299,20	89	268,00	94.372,96	96.184,59	1.785,84
48	803	3.287.486,13	3.198.525,59	78.455,52	90	220,00	79.833,69	81.639,33	1.425,96
49	806	3.238.428,75	3.184.095,24	79.366,56	91	216,00	72.607,87	74.328,71	1.312,92
50	949	3.750.914,76	3.725.077,35	96.646,80	92	183,00	63.621,13	65.267,16	1.184,64
51	1003	3.872.452,42	3.838.153,25	102.038,88	93	145,00	50.206,85	50.206,85	774,48
52	1078	4.099.040,94	4.110.552,34	109.035,12	94	108,00	39.138,84	39.138,84	915,60
53	1092	4.110.009,02	4.136.421,11	114.387,12	95	62,00	20.715,61	20.715,61	536,04
54	1199	4.231.918,27	4.294.320,85	118.682,76	96	49,00	15.617,42	15.617,42	233,40
55	1370	4.656.384,78	4.715.436,69	132.707,16	97	24,00	6.673,94	6.673,94	99,84
56	1589	5.175.658,42	5.299.629,83	151.752,00	98	18,00	5.669,36	5.669,36	84,60
57	1489	4.627.464,53	4.820.453,81	135.520,08	99	21,00	5.307,23	5.307,23	79,20
58	1474	4.507.690,02	4.661.948,06	138.367,20	100	4,00	1.296,88	1.296,88	19,44
59	1502	4.328.713,03	4.506.621,24	135.111,84	101	6,00	947,72	947,72	14,16
60	1345	3.844.102,77	4.080.326,84	126.607,80	102	3,00	798,08	798,08	100,32
61	1470	4.004.297,46	4.286.280,23	131.856,24	103	2,00	867,91	867,91	13,08
62	1497	3.864.990,51	4.141.538,39	131.426,88	107	1,00	49,88	49,88	0,72
63	1490	3.614.403,75	3.883.846,31	124.746,72					
A transportar	28.482	99.936.614	99.224.180	2.639.244	Total	48.973	124.542.722,20	125.856.711,88	3.493.842,48



DE ACORDO COM O **REGULAMENTO GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS**, O CONTEÚDO DA PÁGINA FOI RETIRADO POR CONTER DADOS PESSOAIS.

“O Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, que é o novo Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) da União Europeia (UE), estabelece as regras relativas ao tratamento, por uma pessoa, uma empresa ou uma organização, de dados pessoais relativos a pessoas na UE.

Para além do reforço da proteção jurídica dos direitos dos titulares dos dados, o RGPD define novas regras e procedimentos do ponto de vista tecnológico.”

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



**COFRE DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS E AGENTES
DO ESTADO**

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

EXERCÍCIO DE 2016



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Cofre de Previdência dos Funcionários e Agentes do Estado (a Entidade), que compreendem o balanço individual em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 68.535.955 EUR e um total de Fundos Patrimoniais de 50.929.470 EUR, incluindo um resultado líquido negativo de 1.410.625 EUR), a demonstração individual dos resultados por naturezas, a demonstração individual das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração individual dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Cofre de Previdência dos Funcionários e Agentes do Estado em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

De acordo com a Nota 12 do Anexo, existem Sócios com atraso no pagamento de prestações decorrentes de empréstimos à habitação e outros abonos proporcionados pelo COFRE, relativamente às quais têm sido reconhecidas perdas por imparidade na sua totalidade (quantia acumulada de 3.679 milhares de EUR em 31 de dezembro de 2016 e 3.975 milhares de EUR em 31/12/2015). Às referidas prestações vencidas de capital e juros acrescem 1.927 milhares de EUR de capital vincendo. Desconhece-se em que medida as garantias reais existentes, constituídas pelos próprios imóveis, asseguram a realização integral de tais créditos, tendo em conta o ambiente económico e financeiro registado no setor imobiliário nos últimos anos e a inexistência de avaliações atualizadas dos respetivos imóveis.

Conforme divulgado nas Notas 3 a) e 6 do Anexo, os ativos imobiliários do COFRE destinados ou afetos às atividades sociais e de lazer (ativos fixos tangíveis) encontram-se mensurados ao custo considerado deduzido das correspondentes depreciações, não existindo avaliações que permitam concluir, de forma inequívoca, em que medida possam existir perdas por imparidade não reconhecidas.

O ativo não corrente detido para venda, conforme divulgado na nota 7 do Anexo, respeita ao edifício da Rua dos Sapateiros relativamente ao qual foi celebrado contrato promessa de compra e venda em 13 de novembro de 2015, com recebimento de sinal de 300 mil EUR, cujo contrato definitivo, que deveria ter sido celebrado no primeiro semestre de 2016, ainda não foi concretizado face às vicissitudes entretanto verificadas, entre as quais o facto de o ato ter sido objeto de providência cautelar que foi julgada improcedente. Nesta data, encontra-se pendente uma ação administrativa

no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa para execução específica do referido contrato promessa de compra e venda, não nos sendo possível pronunciar sobre o desfecho da operação e suas implicações financeiras.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do Código de Ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar

uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais, exceto no que respeita à inexistência de informação sobre a ocorrência de factos relevantes após o termo do exercício.

Lisboa, 17 de abril de 2017



RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A.
representada por Dr. Gabriel Correia Alves, ROC

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO DE 2016

1. Nos termos da legislação aplicável e da alínea c) do artigo nº104º dos Estatutos do Cofre de Previdência dos Funcionários e Agentes do Estado (CPFAE), o Conselho Fiscal, adiante designado abreviadamente por CF, em reunião de 20 de Abril de 2017, com a presença de todos os seus membros, emitiu o seguinte parecer sobre o Relatório e Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, aprovado pelo Conselho de Administração (CA) em 11 de Abril de 2017.

2. O CF acompanhou a situação financeira do CPFAE durante o referido período, designadamente através da análise dos documentos de contabilidade e de evolução financeira fornecidos pelos competentes Serviços – Departamento de Gestão Financeira e Cobrança (DGFC).

3. Sobre o Relatório do CA, o CF considerou que abarca os aspectos essenciais da evolução da actividade do CPFAE, reflectindo a sua situação patrimonial e financeira; relativamente às demonstrações financeiras anexas ao Relatório, entendeu que estão conformes com o previsto na legislação aplicável e no Sistema de Normalização Contabilística.

4. Face à análise do documento referido em 1., do “Relatório Anual dos Revisores Oficiais de Contas – Exercício de 2016” (ROC) e da certificação Legal de Contas (CLC), nomeadamente as bases para a opinião com reservas constantes da mesma, o CF:

4.1. Partilha da preocupação do CA face à tendência da redução que o número de associados regista, no sexénio 2011–2016, que passou de 54.000 para 48.973, ou seja, menos 5.027 ou 9,25%, tendência que se reflectiu na diminuição do número de admitidos e readmitidos em 2016 relativamente a 2015, respectivamente 815 e 845, e que revela a necessidade de serem, urgentemente, tomadas medidas que a contrariem, designadamente as preconizadas pelo CA no Plano de Actividades para 2016, as quais, tendo sido implementadas ainda não surtiram o efeito desejado; no entanto, o CF reconhece as dificuldades nesta matéria atendendo, como já afirmou no parecer referente ao exercício anterior, à situação económica da maioria dos trabalhadores da Administração Pública e, também, à contracção do sector público em matéria de novas admissões.

4.2. Manifestou apreensão relativamente ao montante despendido durante o exercício para pagamento de reembolsos de vencimentos perdidos por motivo de doença, que atingiu 515.605,2 € contra 471.931,3 € relativamente ao exercício anterior (mais 43.673,9 € ou 9,2%), ou seja, um acréscimo de 84% relativamente à verba inicialmente orçamentada (280.000 €).

E em virtude do previsível aumento da verba necessária para satisfazer este tipo de encargos, e bem assim, do impacto ao nível da tesouraria; o CF recomenda ao CA as medidas preconizadas pelo artigo 68º dos Estatutos, na sua globalidade, sem embargo de uma possível futura alteração ou ajustamento desta regra estatutária.

4.3. Considerou que o montante gasto na satisfação de pedidos relativos ao financiamento para a aquisição de habitação própria, no valor de 1.267.471,52 €, menos de metade da verba inscrita no Orçamento (2.500.000.000 €), ficou muito aquém do saldo de pedidos não satisfeitos em 31/12/2016 (399), devido ao baixo número de escrituras realizadas, uma média de dez por ano no período 2013-2016; reiterou a recomendação já efectuada em relatórios anteriores, no sentido de ser revista esta situação face ao impacto que pode ter ao nível da tesouraria na relação entre o orçamentado e o utilizado, dado que o financiamento em causa representa uma parte importante do objectivo social do CPFAE, retomando a recomendação já feita para que, de futuro, as verbas

orçamentadas para o efeito sejam ponderadas em função da procura histórica e integralmente gastas no benefício a que respeitam, sem prejuízo do conteúdo da reserva expressa na CLC.

4.4. Considerou positivo o montante utilizado na atribuição de “abonos reembolsáveis”, atendendo à importância desta vertente da actividade do CPFAE tendo em conta o seu objecto social, e considerou que o facto de não ter sido aplicado o total da verba orçamentada para o efeito, pode ser imputável a uma situação conjuntural, já que não ocorreu noutros exercícios; de qualquer modo, recomenda ao CA que esteja atento e, se necessário, tenha em conta o recomendado quanto ao financiamento para aquisição de habitação própria.

4.5. Tomou conhecimento do normal cumprimento do CPFAE face às responsabilidades com o subsídio por morte (125.856,71 €, mais 1.242,0 € ou 1% que no exercício anterior), alertando o CA para que tenha em conta que no futuro próximo as responsabilidades com o benefício em causa tenderão para um crescimento elevado devido ao aumento do montante do mesmo; por isso, comunga da preocupação constante do “Relatório Anual dos Revisores Oficiais de Contas – Exercício de 2016”, no sentido de serem realizadas projecções anuais dos pagamentos a efectuar relativos ao benefício em causa de modo a melhor adequar o cumprimento das suas responsabilidades, e reitera a proposta já feita ao CA para proceder a um estudo actuarial visando conhecer o momento a partir do qual começará a efectivar-se, de forma sensível, o aumento acima mencionado.

4.6. Debruçou-se sobre as actividades de lazer proporcionadas pelos empreendimentos Unidade de Turismo Rural – Quinta de Sta. Iria e Centro de Lazer – Praia do Vau, reconhecendo os esforços que o CA tem desenvolvido no sentido de corrigir algumas inconsistências que foi identificando nos mesmos, o que se tem reflectido na melhoria da qualidade dos serviços prestados aos associados, mas também num acréscimo de gastos, disponibilizando é certo novas ofertas, mas que, atendendo ao momento, à situação económica e a outras necessidades mais prementes que o CPFAE deve satisfazer, em alguns casos se poderia, eventualmente, ter aguardado por melhor oportunidade, sendo que o tempo tem vindo a comprovar não haver ainda uma correlação directa entre o investimentos efectuados e a contrapartida material esperada em resultado da procura dos serviços disponibilizados, dada a baixa taxa de ocupação média dos equipamentos, sobretudo da Quinta de Sta. Iria; assim, o CF, tendo em conta, como já em anos anteriores fez referência, que os Centros de Lazer são um complemento da função social do COFRE, mas não o “core” da sua missão (sendo importantes quanto ao seu fim não são todavia o fim ultimo do Cofre) reitera as seguintes recomendações implícitas no relatório de 2015:

- Que seja repensada e ponderada pelo CA a efectiva necessidade de, neste momento, se continuar a investir na realização de obras e/ou de equipamentos nos Centros de Lazer, com excepção das de conservação, uma vez que se afigura que os investimentos essenciais já foram efectuados;

- Que o CA dê continuidade ao esforço de procura de alternativas de exploração dos Centros de Lazer, tendo como objectivo a sua rentabilização, designadamente através do aumento das taxas de ocupação que proporcionem a sua auto-sustentabilidade em termos de proveitos/gastos e, tanto quanto possível, de resultados operacionais, procurando a prazo o retorno do capital investido;

- Ou, atentos os objectivos antes definidos, seja ponderado pelo CA a adopção de uma medida alternativa tendente a libertar-se da gestão operacional destes equipamentos, focando-se no exercício das suas competências específicas em sede de gestão, com particular incidência em toda a área social, e assumir ao nível de cada um destes equipamentos um modelo de gestão ou de exploração, directa ou através de uma figura de cedência temporária, visando a sua auto-suficiência e um efectivo retorno material para o CPFAE, e não manter com a sua continuidade mais um equipamento de “absorção” de outros recursos da Instituição, num momento em que a mesma deve acautelar a sua base orçamental e de tesouraria face à situação económica do país, facto a que, de entre outras razões, a baixa taxa de ocupação dos referidos equipamentos e a sua variabilidade ao longo do ano não será alheia.

4.7. Ainda sobre os Centros de Lazer relembra a posição que deixou clara no parecer de 2015 no que à matéria de gestão dos mesmos respeita, pronunciando-se pela aplicação tendencial do principio do “utilizador-pagador”, entendendo que o custo operacional das actividades que não se enquadrem numa perspectiva eminentemente social subjacente ao fim da Instituição se devem entender no essencial como equipamentos de rendimento, cujos objectivos e resultados de exploração se pretendem positivos, devendo reverter a favor das áreas sociais do CPFAE.

4.8. Debruçou-se sobre os resultados das Residências Seniores, tendo constatado que se mantêm negativos os resultados operacionais (-383.331,4 € e -176.425,7 € para a Residência de Loures e de Vila Fernando, respectivamente, representando um aumento do défice, relativamente ao exercício anterior, de 8.447,8 € e 5.781,4 €), pelo que recomenda ao CA que tome medidas tendente a evitar o persistente crescimento dos resultados negativos destas unidades, embora, como já referiu no parecer relativo ao exercício anterior, admita que se trata de equipamentos estabelecimentos que não estão vocacionados para proporcionarem lucros.

4.9. Analisou os resultados das Residências Universitárias de Lisboa e do Porto, tendo registado, com agrado, que os mesmos, embora se mantenham negativos, melhoraram devido ao aumento das prestações dos utentes e à sensível redução de gastos com pessoal na Residência de Lisboa, pelo que recomenda ao CA a continuação de esforços visando o aumento da taxa de ocupação dos empreendimentos em causa, que se mantêm ainda baixa e diminuiu em relação ao exercício anterior, bem como a racionalização de gastos, tudo em ordem a ser diminuída a diferença entre este indicador e os proveitos.

4.10. Analisou os resultados do exercício em referência, os quais evidenciam um valor negativo de 1.410.624,5 €, agravado assim, comparativamente a 2015, em 1.013.096,2 €, tendo considerado que, no essencial, indexado a este resultado estará o acréscimo da rubrica relativa à Responsabilidade Actuarial, no montante de 2.034.367,9 €, sendo que as restantes rubricas, como evidencia o quadro de demonstração constante do Relatório dos ROC (pág. 15), mantêm algum equilíbrio comparativamente a 2015; porém, desagregada a análise ao nível dos resultados das actividades, no que às Residências e aos Centros de Férias respeita, o panorama do exercício em apreciação nada se distingue dos anos antecedentes e que lhe servem de parâmetro comparativo, ou seja, não há uma única destas rubricas do mesmo quadro em qualquer dos três anos nestes centros de custos que evidencie resultado positivo, o que é de reter; com efeito, os resultados das Residências Seniores continuam a ser negativos e com potencial tendência para agravar, como já referido.

4.11. Manteve, tal como em anos anteriores, a preocupação quanto às dívidas em contencioso (de sócios com atrasos no pagamento de prestações derivadas, fundamentalmente, de empréstimos para a aquisição de habitação própria, obras em habitação própria e abonos reembolsáveis), bem como com a sua expressão quantitativa e de peso percentual no balanço, para além de idêntica atenção no que respeita aos valores de contas a receber de sócios, rubrica que em 2015 ascendia a 3.974.809,96 € e em 2016 representa 3.679.388,6 €, 45% e 43% do total do balanço, respectivamente, como evidencia o relatório do ROC (4.2 – contas a receber de sócios), valores estes que no entender do CF não podem ser subestimados pela expressão que assumem, seja no seu conjunto seja individualmente quanto a cada sócio devedor, sendo de salientar que em alguns casos a sua antiguidade é notória.

4.12. Reitera a posição já assumida no Parecer relativo ao exercício anterior, no sentido de o CPFAE, no âmbito das responsabilidades assumidas no domínio de prestações de previdência social, não poder deixar de ter reservas disponíveis no quase imediato (depósitos a prazo), os quais devem constituir uma segurança quanto a essas responsabilidades, pelo que face à eventualidade de redução dos saldos de depósitos desta natureza devido à sua utilização em despesas de investimentos, recomenda que os mesmos não desçam a baixo do valor registado no exercício de 2015, ou seja, 5.000.000 €.

5. O CF analisou em profundidade o Relatório Anual dos Revisores Oficiais de Contas – exercício de 2016 , reconheceu a sua importância no âmbito da apreciação das contas relativas ao referido exercício, chamando a especial atenção do CA para ter em conta os aspectos a seguir indicados, de modo a obviar às reservas constantes da CLC, recomendando que em relação aos mesmos sejam tomadas as medidas apropriadas.

6. O CF tomou conhecimento do desenvolvimento dos procedimentos relacionados com os contractos de promessa de compra e venda relativos aos edifícios da Estrada das Laranjeiras (compra) e da Rua dos Sapateiros (venda), na expectativa que o CA promova as diligências necessárias à salvaguarda dos interesses do COFRE.

7. Em conclusão, o CF é do parecer que a Assembleia Geral:

- Aprove o Relatório e Contas relativamente ao exercício de 2016

Évora, em 20 de Abril de 2016

O Conselho Fiscal

Élder Carlos de Sousa Fernandes

Hilário Estêvão Cochicho Modas

José Aleixo Ramalho

